

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

ATA Nº 058

PRESIDENTE - DEPUTADO SÉRGIO RICARDO

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Senhoras e senhores, muito bom-dia!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta audiência pública que tem por objetivo discutir o desmatamento no Estado de Mato Grosso.

Eu queria convidar para compor a Mesa o Deputado Humberto Bosaipo, o Sr. Marcos Henrique Machado, Secretário de Meio Ambiente; o Sr. Haroldo Klein, Presidente da Associação dos Reflorestadores de Mato Grosso; o Sr. Ézio Ney do Prado, Presidente da Associação dos Engenheiros Florestais de Mato Grosso; o Sr. Paulo Rezende, Presidente da Associação das Propriedades Rurais do Estado de Mato Grosso; e o Sr. Carlos Teodoro Irigaray, Procurador do Estado, que está tratando, cuidando da revisão do Código Florestal do Estado de Mato Grosso.

Quero agradecer a presença dos Srs.: Vicente Falcão, Secretário da ACRIMAT; Valmir Pinho, do Sindicato Patronal de Alta Floresta; Eliane Faccni, Superintendente da Secretaria do Estado do Meio Ambiente; Raul de Oliveira, Assessor Especial da Secretaria do Meio Ambiente; André Luis, Assessor Executivo da SEMA; Roberto Cavalvanti, advogado; Ailton Majo, acadêmico da UNIC; José Ney Xavier, representando a BUNGUE Alimentos; Wander José, também da BUNGUE Alimentos; Wilmar José Berté, empresário; Inácio José Weiner, Centro Gunie Fé e Justiça; Benildes Carla Gomes, Técnica de Meio Ambiente da FIEMT; Abel Nascimento, representando a Associação Mato-grossense de Ecologia.

Composta a Mesa, convido todos para ouvirem de pé o Hino Nacional Brasileiro.
(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Esta audiência acontece num momento importante, porque dentro de poucos dias nós vamos começar a discutir aqui o zoneamento ecológico, econômico, ambiental. Quer dizer, é um novo tempo para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso. Nós entendemos que estamos vivendo um divisor de águas. Uma história antes e uma história depois quando se fala em desenvolvimento e preservação ambiental.

Eu queria passar algumas informações de levantamentos que nós fizemos, levantamentos que a imprensa tem feito, sobre desmatamento. E não só desmatamento da floresta amazônica, mas também desmatamento do nosso cerrado.

A Amazônia é o maior bioma de floresta tropical do mundo, contendo a maior porção remanescente de floresta tropical (corresponde a um terço das florestas tropicais do mundo) e um quinto da água potável, da água fresca do planeta.

Nesse contexto, a Amazônia Legal, que engloba os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, em uma área de cinco milhões de quilômetros quadrados, representa 61% do território brasileiro e tem 21 milhões de habitantes (em 2000) e cerca de 12% da população brasileira. Existem na região 380 mil pequenas propriedades rurais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Em termos ambientais, 640.000km², ou 17% da cobertura, foram desmatados até 2002. Contudo, sua importância global tem sido observada tanto através de sua rica biodiversidade (50.000 espécies conhecidas de plantas, 3.000 de peixes, 2.000 de pássaros) quanto de seu possível impacto sobre clima global. Sabe-se que pelo menos 1/3 das espécies animais e plantas conhecidas - cerca de 10 milhões de espécies - vivem na região. Não se tem conhecimento sobre quantas plantas e animais ainda não catalogados serão descobertas.

De acordo com o IBGE, nos últimos 40 anos o processo de desmatamento acentuou-se na Amazônia Legal, principalmente no chamado Arco do Desflorestamento. O índice anual de desmatamento está estimado em um milhão e seiscentos mil hectares - o equivalente a um milhão e seiscentos mil campos de futebol desmatados todos os anos.

Dos dez municípios onde houve maior área desmatada, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, o município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará, foi o recordista de desmatamento pelo segundo ano consecutivo, tendo apresentado, nesse período, um índice de 1.332km² de florestas derrubadas. E dos municípios mato-grossenses o destaque para Aripuanã, Tapurah, Brasnorte e Nova Ubitatã, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente.

Conforme o Governo Federal, Mato Grosso continua sendo o Estado que mais desmata a Floresta Amazônica brasileira. Dos 30 municípios que mais desmataram a Floresta, 23 são do Mato Grosso. Também, são mato-grossenses os seis únicos municípios onde houve aumento da área desmatada: Juara, Feliz Natal, Peixoto de Azevedo, União do Sul, Paranatinga e Matupá. Os cinco municípios que mais desmataram foram: Juara, Nova Ubitatã, São Félix do Xingu, Tapurah e Nova Maringá, dados do Ministério do Meio Ambiente.

Desmatamento no Cerrado.

De acordo com a extinta FEMA - os últimos dados foram levantados no ano de 2001 - 74% da área aberta (até 2001) corresponde a área ocupada pela pecuária; 17,36% corresponde ao uso da agricultura; e 8,64% foram considerados como área subutilizada. Dados dessa natureza são imprescindíveis para a formulação e implementação de políticas e programas para o controle do desmatamento e o fortalecimento de atividades produtivas de baixo impacto. Além disso, a qualificação do desmatamento desmistifica o sentido absoluto que se dá à atividade, como se ela fosse apenas indesejável e ilegal. Existem desmatamentos legais, desmatamentos ilegais e outros ainda considerados não desejáveis (apesar de muitas vezes eles estarem legalizados).

O Cerrado é responsável, sozinho, por 5% de toda a biodiversidade global. As estimativas indicam que ele abriga mais de 10.000 espécies de plantas, sendo 4.400 endêmicas, ou seja, que só existem no cerrado. Com relação à fauna, o bioma conta com cerca de 837 espécies de aves, 161 espécies de mamíferos, com 19 endêmicas, 150 espécies de anfíbios, das quais 45 endêmicas; 120 espécies de répteis, das quais 45 endêmicas.

Com cerca de 2 milhões de km², que se estendem em área contínua por 11 Estados brasileiros: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins e apesar do seu tamanho e importância, o Cerrado é um dos ambientes mais ameaçados do mundo.

Conhecido como berço das águas, possui uma malha de nascentes, córregos e rios de fundamental importância para o país. Nas suas chapadas estão as nascentes dos principais rios das Bacias Amazônica, do Prata e do São Francisco. A Bacia Amazônica (Araguaia-Tocantins) tem 78% de suas nascentes no Cerrado. A Bacia do Paraná-Paraguai é formada por 48% de suas nascentes no Cerrado, enquanto a Bacia do São Francisco dispõe de quase 50% de seu volume de água proveniente do Cerrado.

Atualmente, a região do Cerrado contribui com mais de 70% da produção de carne bovina do país (*Pecuária de corte no Brasil Central*, Corrêa, 1989) e, graças à irrigação e técnicas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

de correção do solo, é também um importante centro de produção de grãos, principalmente soja, feijão, milho e arroz.

Segundo um levantamento recente, mais da metade de toda a área de Cerrado brasileiro foi desmatado. Tal estudo foi realizado pela organização não-governamental *Conservation International* (CI).

Dentro dessa perspectiva e considerando que as políticas públicas continuem sendo conduzidas da mesma forma, as projeções futuras para o Cerrado não são nada animadoras. Um cenário futuro indica que, considerando uma retirada anual de 2.215 milhões de hectares (1,1%/ano); considerando a existência de 34,22 de áreas remanescentes; e considerando que as Unidades de Conservação (que representam 2,2% do cerrado) e as terras indígenas (que representam 2,3% do Cerrado) serão mantidas no futuro, o estudo indica que o Cerrado será totalmente destruído até 2030 se a tendência de ocupação continuar, causando uma perda de 2,2 milhões de hectares/ano de áreas nativas.

Então, vejam só, eu sempre digo que quando se trata de meio ambiente os pessimistas nunca podem ser ignorados.

Os dados que nós temos aqui, voltando a falar um pouquinho mais da Amazônia, 16 mil quilômetros quadrados foram desmatados entre o mês de abril/2004 e maio/2005. O Governo Federal não sabe dizer qual é a qualidade desse desmatamento, por que ele foi realizado, qual o percentual legal e ilegal e qual o retorno desse desmatamento para a sociedade. Aqui em Mato Grosso nós também não sabemos dizer isso. Nós temos desmatamento aqui, mas nós temos que chegar a um número.

Esse desmatamento de Mato Grosso, até que ponto ele foi benéfico para a sociedade e qual foi a legalidade, se ele ocorreu na legalidade ou na ilegalidade. Eu tenho aqui notícia desta semana, no jornal *A Gazeta*, de 12 de outubro de 2005: “SEMA aplica multa de 60 milhões. Vinte e nove posseiros que atuavam nas áreas do Parque Estadual Cristalino foram notificados ontem pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Eles têm prazo de 60 dias para deixarem o local. Na operação de combate a crimes ambientais foram multadas dezessete pessoas, entre elas o pecuarista Antônio José Junqueira Vilela, que desmatou cerca de 50 mil hectares do parque. Vilela foi multado em 60 milhões, a maior multa já aplicada no Estado. Dados do levantamento feito pela SEMA em setembro último mostram que vinte e nove pessoas ocuparam áreas dentro do parque. A maioria provocou o desmatamento e tem envolvimento no roubo de madeira, inclusive, castanheiras. Foram feitas fotos de áreas totalmente desmatadas, que deram lugar à pecuária. Foram localizadas ainda serrarias bem montadas e caminhões carregados de toras”.

Para concluir essa matéria, diz aqui: “O caso mais grave é do pecuarista Antônio José Junqueira Vilela, proprietário da Fazenda Nhandu, com 11 mil hectares e que ficou dentro do Parque Cristalino quando ele foi criado. Pelas imagens de satélite de 2001 até o ano passado verificou-se que Vilela chegou a avançar em 40 mil hectares dentro do parque. A fazenda dele tem mais de 18 casas de madeira e alvenaria, serraria completa, caminhões e 30 mil cabeças de gado”.

Veja só, tudo que estou passando aqui são informações para que essas questões todas sejam discutidas aqui, que a partir dessas discussões, Deputado Humberto Bosaipo, possamos ter um ponto de partida. E para tudo aqui existe defesa, mas nós temos que repassar essas informações até para que nós tenhamos um ponto de partida para as discussões.

Tenho aqui uma relação de empresas, que se encontra lá na Secretaria de Meio Ambiente. Por exemplo, empresas que foram autuadas, empresas que têm auto de infração, que foram autuadas pela Secretaria de Meio Ambiente: Fazenda Reunidas Lisot, de Brasnorte, duzentos e quarenta e seis mil de multas; Agropecuária dos Vinhedos, de Nova Mutum, quatrocentos e quatro mil reais de multa; Agropecuária Porto dos Gaúchos, de Porto dos Gaúchos, duzentos e quarenta e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

oito mil reais de multa; Berneck & Cia, de Brasnorte, vinte e dois mil de multa; Madeireira Pinhalão, de Santa Carmem, setenta mil de multa; Propecus Agropecuária, de Nova Mutum, oitocentos e três mil reais de multa; Agropecuária Maciza, de Tabaporã, quatrocentos mil reais de multa; Agropecuária Saba Ltda. desmatou um milhão setecentos e vinte e dois mil hectares e queimou outros seiscentos e setenta e sete mil hectares, de Nobres, valor da multa, dois milhões e seiscentos mil; Mutum Agropecuária, de Nova Mutum, sessenta e quatro mil de multa; Fazenda Reunidas Lisot, mais outra multa, de Brasnorte também, cento e noventa e nove mil reais.

E assim existe mais uma série de empresas. Quem quiser saber mais sobre esses dados, nós estamos começando um levantamento através da Comissão de Meio Ambiente aqui da Assembléia Legislativa, para chegarmos a números, a empresas que desmataram tanto a Amazônia quanto o Cerrado. Aqui tem uma multa de dois milhões, mas existem empresas multadas em dois, três e quatro milhões por terem desmatado, ou a Floresta, ou o Cerrado.

Então, o que aconteceu até agora, daqui para trás, não pode ser esquecido. Tem que ser, as pessoas responsáveis têm que ser conhecidas, dar a contrapartida e tem que consertar as coisas.

Na questão da mineração também, Secretário Marcos Machado, ontem, detive-me na leitura do Código de Mineração e da política de mineração para Mato Grosso. Aqui a mineração está envolta em mistério, você não consegue...

Recentemente, nós estivemos num garimpo em Chapada dos Guimarães, Abel. Fui lá, solicitei à Polícia Florestal que me acompanhasse, eu, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, chegamos lá e não nos deixaram entrar, colocaram várias caminhonetes lá na frente da porteira e ninguém foi lá para prejudicar ninguém. Fomos lá dar uma olhada, o que está acontecendo...uma denúncia de que o garimpo está destruindo nascentes na região do Pebá. Para quem não sabe, o Pebá é uma fonte de distribuição de água. Chapada é uma cidade que não tem água. Para um dia resolver o problema de água da Chapada, vai ter que ser através do Pebá, não tem outro lugar para trazer água para Chapada. Chegamos lá, a estrutura é impressionante. Eu até entenderia, se não tivessem nos deixado entrar, se não tivesse nenhum responsável ali, Deputado Humberto Bosaipo, se fosse só os funcionários. Mas não, existiam caminhonetes, eles ficaram lá uma hora falando com rádio, com advogado, com os donos da empresa, parece que lá explora diamante, é uma empresa internacional, não é uma empresa brasileira e não nos deixaram entrar, não deixaram o Deputado, não deixaram a Comissão de Meio Ambiente e não deixaram a Polícia Florestal entrar na área para dar uma olhada, não permitiram. Então, há muito mistério em torno disso tudo. Muito mistério.

Esse outro garimpo aqui, o Casa de Pedra, é um outro garimpo também que é impressionante o nível de destruição. Aí, tudo bem, de repente o garimpo tem que abrir cratera para explorar. Não tem problema, só que está lá no Código de Mineração, está lá no direito ambiental, se fez tem que desfazer. Então, essa Casa de Pedra, por exemplo, aquilo parece - eu nunca fui à lua, mas a gente vê as fotografias - aquele solo lunar. Eu nunca fui à lua, Deputado Humberto Bosaipo, mas já vi fotografia. E lá é uma destruição total. Aí é o seguinte: fez a cratera para retirar? Não tem problema, mas vai ter que desfazer, porque diz lá, Secretário Marcos Machado, que o meio ambiente ali tem que ser recomposto, porque tem vida ali, tem futuras gerações que vão um dia tirar proveito daquela área e nós temos que rever essa questão da Casa de Pedra, destruição total ali. Então, é uma questão que nós temos que rever.

O Deputado Humberto Bosaipo, seria muito importante a permanência do Deputado, mas tem uma comitiva de Deputados Federais no gabinete dele, ele pede para fazer uso da fala. Depois tenho mais algumas informações aqui.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Eu quero saber se tem alguém do IBAMA participando desta... Não tem ninguém do IBAMA. Seria bom, eu queria que o IBAMA explicasse para onde que foi todo o dinheiro que eles arrecadaram aqui ao longo da história. Eu queria saber do IBAMA para onde que foi o dinheiro. O IBAMA me parece sempre ausente dessas discussões, porque aqui não está presente numa audiência importante como esta.

Vou passar a palavra para o Deputado Humberto Bosaipo, que tem sido uma pessoa dedicada nas questões do Meio Ambiente, um dos Deputados mais atuantes desta Assembléia Legislativa, e ao qual eu agradeço profundamente a sua presença aqui. Com a palavra o Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, Deputado Sérgio Ricardo, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Quero cumprimentar o Dr. Marcos Machado, o Dr. Irigaray...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - É que aqui é tudo muito novo. Nós estamos estreando, inclusive, o sistema de som. Fala neste microfone Deputado.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, como membro da Comissão do Meio Ambiente eu quero louvar a iniciativa de Vossa Excelência, no sentido de estarmos discutindo matéria de tamanha relevância para Mato Grosso, a questão ambiental, a questão do desmatamento.

Eu imputo ao Governo Blairo Maggi a irresponsabilidade dos dois anos do meio ambiente de Mato Grosso. Lamentavelmente, o Governador nesses dois primeiros anos de Governo desprezou completamente a questão ambiental. Eu estou falando, apesar de ser da Bancada do Governo, porque acompanhei de perto o que foi feito no Araguaia, na minha região, os desmatamentos de forma desregrada. Eu vejo no pantanal de Mato Grosso, desmatamento, inclusive com construções de barragens, que é um crime.

E Vossa Excelência não citou, mas o Município de Colniza foi invadido pelo povo de Rondônia. Eu digo quando estive aqui o Dr. Marcos Machado, o Dr. Irigaray planejando a reconstrução da FEMA e a construção da SEMA, eu disse a ele que ele ia enfrentar uma barra muito pesada. Que ele não cedesse nessas questões. Eu vejo que o Secretário e sua equipe estão no caminho certo. Agora também, Secretário, é necessário que haja bom senso no sentido de que essas questões, que vêm se arrastando há muitos anos, não sejam retomadas no choque, apenas em multas e penalidades. Mas que tenha o bom senso no sentido de acharmos o caminho correto.

Nós, da Assembléia Legislativa, estamos discutindo o zoneamento agro-ambiental do Estado. Precisamos da participação efetiva de todos. Eu acho que agora o Governador Blairo Maggi retomou o caminho certo. A questão ambiental era um caos em Mato Grosso. Há muita gente se aproveitando disso também. A imprensa nacional e internacional está de olhos postos em Mato Grosso. E cabe a nós, Deputados Estaduais, estarmos cobrando essas políticas públicas. Cobrando e exigindo que o Governo cumpra com a sua parte, mas, também, ajudando o Governo a difundir uma prática profilática da questão ambiental.

Sr. Presidente, eu vou me retirar porque estou com o Deputado Carlos Abicalil, a Deputada Thelma de Oliveira e a Deputada Celcita Pinheiro em meu gabinete e nós vamos lançar o Programa da Juventude, do Governo Federal, porque sou Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social da Casa.

Mas, ao parabenizar esta discussão, eu quero depois ver o resultado, a Ata deste trabalho, que Vossa Excelência repassará aos membros da Comissão.

Ao sair, eu gostaria de convidar o Dr. Roberto Cavalcanti para tomar assento no nosso lugar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - O Dr. Roberto Cavalcanti passa a compor a Mesa neste momento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Eu quero dizer que esta Audiência Pública está sendo transmitida pela TV Assembléia, canal 36.

Depois, as pessoas que quiserem participar, fazer perguntas, poderão interpellar as autoridades aqui presentes.

Eu quero repassar mais algumas informações, antes de passar a palavra aos demais membros da Mesa, porque são informações importantes. Todas estas informações já estão no meu *site*, na *internet*. Esses números todos estão à disposição.

Esta é uma coletânea de algumas informações que eu peguei semana passada, da revista *Veja*, que dedicou toda a sua edição para a questão ambiental.

“A Floresta Amazônica tem hoje menos de 80% do tamanho original e passa por uma aceleração frenética da devastação.

Neste ano, já se desmatou o equivalente a dez vezes a área da cidade de São Paulo. Em 2004, foi-se quase uma Bélgica. Só nos últimos quinze anos, 28,8 milhões de hectares foram desbastados - metade de tudo o que foi destruído desde 1500.”

Vejam só o tamanho do avanço da destruição.

Uma planta comercialmente aproveitável, como o mogno, com cerca de quarenta metros de altura e três e meio metros de diâmetro de tronco, pode estar até centenas de metros uma da outra. O percurso, segundo informação da Revista *Veja*: Os madeireiros fatiam a floresta, abrem milhares de quilômetros de estradas e picadas no meio da mata. É importante... Ele fala, aqui, madeireiros.

Eu vi uma pesquisa, recentemente, do IBOPE, onde se perguntou para a população: Quem é que desmata? Quem é que desmata? Aí a população respondeu o seguinte: 70% da população responderam que quem desmata é o madeireiro; 11%, Paulo, disse que quem desmata é o agricultor; e eu acho que 13%, mais ou menos, dizia que quem desmata é o pecuarista.

E esta Audiência Pública é o momento importante para que esses setores se posicionem sobre isso, porque é isso que está na cabeça das pessoas, é isso que acontece. Então, esta Audiência Pública é o momento para que esses setores digam se é assim que as coisas acontecem.

Vocês vejam o que diz a *Veja*: Madeireiros fatiam a Floresta, abrem milhares de quilômetros de estradas e picados no meio da mata.

O estrago produzido pela queda de uma árvore gigante, pelo trator que a arrasta e pelos caminhões que a carregam, estrofia 40% da vegetação ao seu entorno.

São quinze árvores perdidas para cada árvore cortada. Calcula-se que as madeiras ilegais tenham produzido, no ano passado, Secretário Marcos Machado, cerca de oito milhões de metros cúbicos, com um lucro de pelo menos 1.8 bilhões de dólares.

O último levantamento disponível sobre a quantidade de máquinas e equipamentos envolvidos na extração da madeira, realizada em 1998, identificou a existência de cerca de oito mil, quatrocentos e setenta e oito caminhões e cinco mil tratadores usados pelos madeireiros na Amazônia. As fábricas de motosserra, cuja venda, são controladas como a venda de armas, nunca faturaram tanto nas lojas mais próximas à floresta. Segundo os registros do IBAMA, o número de motosserras, registrados em 2004, cresceu 11% em relação ao ano anterior. Os primeiros a utilizarem esse caminho são os posseiros que desmatam para vender a madeira. Restante para fazer as suas pequenas roças.

Em toda Amazônia, há mais de oitocentas mil famílias vivendo desse modo, seja invasora ou assentada por programa de reforma agrária e colonização. Cada uma dessas famílias pode desmatar até 03 hectares por ano para cultivo de subsistência.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as pequenas propriedades respondem por 18% das taxas oficiais de desmatamento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Já há 20 milhões de brasileiros vivendo na Amazônia.

A questão é que, enquanto lucra, o pecuarista da Amazônia produz prejuízo para o País.”

Quero ressaltar é que matéria da penúltima *Veja*.

“Estima-se que, para cada hectare de floresta destruída, 100 dólares anuais são perdidos em custos ambientais e sociais. Esse índice é calculado com base na soma dos recursos naturais perdidos e dos benefícios que a região poderia obter com a exploração racional de madeira, essências naturais, ecoturismo e estocagem de carbono.

Comparado com o ritmo de expansão da pecuária em outras regiões, o da Amazônia é preocupantemente vigoroso. O número total de cabeças saltou de 26 milhões em 1990 para mais de 64 milhões em 2003.

Sucesso no céu, fracasso no chão. As ações de fiscalização e os investimentos na repressão a crimes ambientais estão longe de acompanhar a tecnologia que enxerga detalhes no meio da floresta. Dos 36 milhões de reais previstos para custear o trabalho dos fiscais neste ano, 25% foram congelados. O total liberado só foi suficiente para trabalhar até a primeira quinzena de agosto – justamente quando se iniciou a estação das queimadas. Para vigiar os 5 milhões de quilômetros quadrados de mata amazônica, existem 695 fiscais – 575 fixos e 120 emprestados de outras regiões.

As multas ambientais poderiam significar mais recursos para a atividade. Mas são tratadas como anedota pelos infratores. Do total de multas emitidas pelos fiscais, 12% são canceladas por erro de preenchimento. Das restantes, 80% simplesmente não são pagas. E, das que resultam em recolhimento de dinheiro, a União toma 95% do valor arrecadado para aplicar em outras finalidades. De acordo com dados do IBAMA, no ano passado as multas somaram 539 milhões de reais, dos quais apenas 63 milhões foram pagos. Desse montante, pouco mais de 3 milhões de reais foram repassados à instituição”.

Cadê esse dinheiro? Se tiver alguém do IBAMA, eu gostaria de saber para onde foi esse dinheiro. É importante essa informação: “Simulações feitas em computador pelo meteorologista Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais de São José dos Campos, indicam que a floresta desaparecerá quando a perda atingir entre 40% e 60% da cobertura vegetal. Não falta muito, pois nos últimos 40 anos a mata encolheu 17%. A razão disso é o delicado equilíbrio do sistema de chuvas da região”.

Veja como é que está grave a situação da Amazônia, a questão do volume de água. Neste momento nós estamos atravessando esse problema.

Olha só: “Metade da precipitação pluviométrica é formada pelas massas de ar úmido do Oceano Atlântico, uma fonte inesgotável de umidade. O restante é alimentado pela transpiração das plantas e pela evaporação da água dos rios, do solo e da superfície das folhas. Essa fonte é destruída com a vegetação. No ritmo atual de devastação, a maior floresta tropical do planeta será substituída por uma vegetação típica de cerrado em apenas 50 anos, a continuar assim.

Uma simulação também de computador, do que aconteceria com a Floresta Amazônica, indica que alterações significativas devem começar a ocorrer quando a perda de cobertura vegetal chegar a 20%, ou seja, o índice que estamos próximos a atingir. Nós já estamos em 17%”.

E aí, eu quero falar da Floresta de Proveta, que é o reflorestamento. No mundo dessas áreas de matas plantadas pelo homem, Secretário Marcos Machado, para uso industrial, já ocupam 187 milhões de hectares, equivalente a um país do tamanho do México. Dessa gleba global gigantesca 5,4 milhões de hectares ou 2,9% do total estão no Brasil e, hoje, o país vive um novo ciclo de investimento nesse setor.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Há dois movimentos internacionais que estimulam a expansão das florestas plantadas, nas quais são usadas variedades, principalmente, de eucalipto e pinos. Isso vale tanto para o segmento de papel e celulose como também para a siderurgia, que tem nas florestas plantadas a fonte de carvão vegetal para os seus altos fornos.

Para completar, apesar de as florestas plantadas ocuparem apenas 8% das áreas cultivadas do Brasil, elas fornecem 85% do total dos produtos de origem florestal encontrados no mercado.

Então, essa questão também temos que começar a discutir.

Aí, Secretário, essas informações todas, eu quero colocar que estão no nosso *site*, na *internet*.

Então, eu diria que nós estamos vivendo um divisor de águas, o que foi e o que passará a ser. O que foi, vamos ver quem fez. Nós estamos fazendo esse levantamento, da nossa parte, dentro das nossas possibilidades aqui, a Comissão de Meio Ambiente. Nós estamos fazendo o levantamento. O que foi utilizado na produção, por exemplo, das empresas que usam vapor para produzir? Aí elas têm que esquentar, de forma bem simples porque, às vezes, é difícil entender: quem tem que ter vapor para fazer a produção, tem que obter o vapor esquentando a água numa caldeira. Para esquentar a água na caldeira tem que ter fogo. E de que maneira se esquentava uma caldeira? Ou você queima bagaço de cana, ou você queima palha de arroz, ou você queima madeira. E a madeira, ou é da Floresta, ou é do Cerrado. É madeira, de algum lugar ela sai. De onde veio a madeira? De onde vem a madeira? Ela é tirada legalmente, ela tem a licença... Um pé do Cerrado, uma árvore do Cerrado, ela tem licença para ser retirada?

Eu diria que muito da madeira que se retira tem licença. Mas muito da madeira que se retira não tem licença. Isso já causou uma devastação no Cerrado e uma devastação na Floresta também. O que passou, passou. Não. O que passou não passou. O que passou não passou. Então, vamos ver o que aconteceu com a retirada da Floresta e do Cerrado. Vamos ver o que tirou, de que maneira. E quem tirou vai repor ou vai pagar. Daqui para frente é o divisor de águas.

Estamos discutindo a nova política ambiental para o Estado de Mato Grosso. Aí eu quero fazer um elogio à política ambiental do Governo Blairo Maggi. Agora nós estamos começando a ver definitivamente, não diria nesses dois anos iniciais do Governo, mas eu diria a partir de agora. Eu vejo, com muita satisfação, que haverá um novo tempo para o desenvolvimento e o crescimento do Estado de Mato Grosso de forma sustentável.

Quero passar a palavra, neste momento, eu vejo que hoje nós temos representantes aqui de vários setores, por isso que esta Audiência Pública é significativa, porque nós temos aqui segmentos importantes que são responsáveis pelo desenvolvimento do Estado de Mato Gross. Nós não queremos que Mato Grosso deixe de crescer, deixe de se desenvolver, mas vamos fazer com que Mato Grosso se desenvolva de forma diferente a partir de agora, de maneira sustentável, que futuramente, as futuras gerações possam também aproveitar o que nós temos hoje, esse meio ambiente saudável e que garanta a vida das futuras gerações.

Quero passar a palavra ao Secretário de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, Sr. Marcos Machado.

O SR. MARCOS MACHADO – Gostaria de cumprimentar Vossa Excelência, Deputado Sérgio Ricardo, e assim todos os integrantes da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, senhores servidores, e desejar a todos um bom dia.

Gostaria, uma vez que já está apresentado o Dr. Carlos Irigaray que faz parte da nossa equipe; de apresentar também, para nos auxiliar nos trabalhos desta manhã, a Eliane Facchini, servidora da SEMA, hoje Superintendente de Biodiversidade; o André Long, engenheiro florestal, Assessor Executivo da Secretaria, para que nós possamos não só, uma vez que é nossa intenção

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

ouvir, mas também informar e sobretudo esclarecer pontos que eventualmente possam ser encaminhados à Mesa.

Eu inicio rapidamente a minha exposição, embora ausente o Deputado Humberto Bosaipo, para fazer um registro e tentar equilibrar essas questões que envolvem uma certa responsabilidade do Governador Blairo Maggi. Eu não quero aqui fazer defesa alguma, mas devo informar ou devo também registrar e acredito que com esses registros o Dr. Roberto Cavalcanti que é um excelente jurista há de concordar, a gestão florestal é difusa, ela não é apenas e tão somente do Estado de Mato Grosso, ela envolve a União e envolve também os municípios. E nós temos que identificar que o índice de desmatamento em Mato Grosso partiu de um percentual de ilegalidade que veio desde a ausência de licenciamento, como das invasões e das ocupações de terras federais e o furto de madeira que até hoje existe, embora hoje haja uma concepção muito clara de que o madeireiro não é o grande responsável pelo desmatamento. O madeireiro hoje está se organizando e já está transferindo esta responsabilidade para o meio rural e mostrando que a sua intenção é a exploração florestal e os projetos de manejo. E por isso que nós hoje estamos nos organizando para tornar isso uma realidade.

Outro fator, que é uma realidade, acredito eu, sem nenhuma discussão, porque é notória essa situação, há e houve um descompasso entre os instrumentos de controle do Estado em relação ao crescimento, à expansão da área, à migração e ao estímulo muito grande de ordem econômica para que Mato Grosso fosse o responsável como é de produções cereais e sobretudo de rebanhos que hoje também está se diversificando para área de suínos e também de aves.

Agora, eu não tenho dúvida de que a pecuária, sobretudo da Região Amazônica, é a grande responsável pelo desmatamento e pela destruição. Não tenho dúvida nenhuma e quero inclusive iniciar estudos científicos e comprovação desse raciocínio.

Deputado, o que eu queria deixar assinalado nesta oportunidade é que hoje Mato Grosso é o único Estado da Amazônia que possui um sistema compartilhado de fiscalização via satélite, de informações do sistema DETER e da evolução de dinâmica de desmatamento na Amazônia.

Hoje nós temos, com a reunião de esforços do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA, do Ministério Público Estadual e da SEMA, condições de identificar *on line*, ou seja, instantaneamente toda alteração de vegetação em Mato Grosso. Esse instrumento não era ou não existia da forma aperfeiçoada que hoje nós já dispomos. E com isso, nós ganhamos condições de iniciar uma gestão séria e transparente.

Agora, eu gostaria que o senhor anotasse bem nos seus relatórios, no seu *site*, que o maior instrumento de controle que o Estado possui é justamente o licenciamento.

E gostaria de informar a todos que nós temos cerca de 100.000 propriedades rurais em Mato Grosso e, apenas, 5.924 licenciadas. Ou seja, menos de 6% das propriedades mato-grossenses são licenciadas. E como nós estamos hoje dispendo, ou tratando essa questão que nos parece indispensável para uma gestão ambiental séria? Nós estamos aproximando o produtor da Secretaria.

Aquela preocupação do Deputado Humberto Bosaipo de não se estabelecer tratamento de choque já foi visualizada. Embora não possamos negar e nem prevaricar de que existem situações de flagrância que nós temos que atuar. Agora, a FAMATO e o Sindicato são grandes parceiros, hoje, da Secretaria. E nós estamos conquistando ou convencendo o produtor a se aproximar e, sobretudo, identificar a melhor forma de gerenciar a sua propriedade. E também os engenheiros florestais estão ganhando por parte da Secretaria um espaço privilegiado e um reconhecimento que separará o profissional sério do não sério. Justamente porque estamos criando na legislação situações que possibilita ao engenheiro apresentar seus projetos. E, desde que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

obedecidos os requisitos e formalmente documentados, a Secretaria reduzirá, estabelecerá um procedimento mais sério para a apreciação da exploração florestal e dos planos de manejo. Essas situações visam desburocratizar justamente o serviço que a Secretaria deve prestar, uma vez que não há estímulo do produtor, porque acredita que ficará anos aguardando e quando o procedimento efetivamente estiver concluído a resposta pode ser não.

Então, isso tudo nós estamos intensamente buscando para que possamos não só ser um órgão confiável, mas, sobretudo, um órgão eficiente. É preciso, e já foi determinado à minha equipe, ter a compreensão de que nós precisamos separar rigorosamente dos percentuais apresentados para a imprensa, para a Assembléia Legislativa, para toda sociedade civil, qual é o percentual de desmatamento legal e qual o percentual de desmatamento ilegal. Porque não é possível falarmos a todo tempo de desmatamento, entendendo que o desmatamento é algo absolutamente inaceitável, onde a própria legislação disciplina e possibilita o desmatamento.

Então, há um momento em que se bate tanto num assunto, num tema, que a população começa a inverter valores e a não entender a gestão, como por exemplo - eu cito isso de forma didática - a todo instante quando se faz uma compra observando a possibilidade de autorização legal de inelegibilidade ou dispensa de licitação, todo mundo acha que aquilo é o maior crime administrativo, e não é. A compra por dispensa e por inelegibilidade está prevista em lei e um administrador pode fazê-la.

Então, é importante e é isso que estamos buscando, Deputado Sérgio Ricardo, separar a ilegalidade da legalidade, separar o produtor, o empreendedor honesto do desonesto, e, mesmo assim, porque nós não acreditamos que o órgão tenha que viver de arrecadação de multas... Nós, inclusive, estamos buscando na própria sub-Procuradoria-Geral de Defesa do Meio Ambiente, que é um órgão criado pela Assembléia Legislativa, para não só assessorar juridicamente a SEMA, mas, sobretudo, representar o Estado de Mato Grosso nas questões ambientais, independentemente do trabalho do Ministério Público Estadual, e celebrarmos o ajustamento de conduta.

Agora, celebrarmos cem mil ajustamentos de conduta da noite para o dia, isso não vai acontecer nunca, isso é humanamente impossível.

Agora, nós estamos, justamente com o trabalho do Dr. Carlos Irigaray, desenvolvendo essa revisão importante do Código Florestal Estadual, identificando a necessidade de uma breve exploração florestal e de um plano de manejo racional e, sem dúvida nenhuma, sem ignorar o reflorestamento que o senhor já identificou como a grande solução para o futuro da extração florestal, mas também para que possamos recuperar áreas degradadas. E o MT Florestas, que será um fundo justamente regulador da arrecadação e financiador dessa atividade, já está, como o Dr. Carlos gosta de falar, no forno, ou seja, semana que vem, no mais tardar, nós estaremos apresentando à Assembléia Legislativa esse importante projeto de lei que virá com certeza ao encontro de todos os objetivos que já estão postos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Gostaria também de anotar a importância que hoje nós identificamos desse trabalho que a Secretaria está propondo de separar dentro da sua estrutura a Superintendência de Gestão Florestal, que é aquela que visualizamos como um órgão burocrático, formal, que vai receber os protocolos, fazer análise, ir a campo, da Superintendência de Biodiversidade, que é o órgão estrategista que vai atrás do produtor, que vai propor políticas públicas, que vai identificar soluções viáveis para o campo dentro de uma responsabilidade ambiental que vai nos ajudar a aprovar o zoneamento socioeconômico ecológico, e está à disposição.

Eu já disse a todos os servidores da Superintendência de Biodiversidade que nós somos prestadores de serviço público, que temos obrigação de atender bem ao nosso público. E, independentemente de se pagar qualquer espécie de taxa para a Secretaria, a informação, a orientação é gratuita e deve ser dada ainda que por telefone. Porque nós temos que aproximar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

aqueles que precisam do serviço público de forma a fazer com que isso seja um hábito, uma rotina que nos oportuniza o convencimento, a conquista dessa relação. Porque, o que acontecia com o produtor na visita da extinta FEMA? Pavor, reação.

Então, hoje nós estamos numa busca incessante para mudar toda essa cultura sem, logicamente, deixar negligenciar o cumprimento da lei, mas, com certeza, colocando o órgão dentro de uma estatura e de uma situação política que permite, o quê? O diálogo, a instrumentalização das medidas e, com certeza, se isso não acontecer, vamos buscar o Judiciário, como é o caso do Cristalino. Nós temos a certeza de que medidas judiciais deverão ser apresentadas no juízo de Garantã do Norte que abrange o Município de Novo Mundo, onde que o Parque está mais de 80% ali delimitado.

Com isso, Deputado, eu me coloco à sua disposição, à disposição de todos para eventualmente alguns esclarecimentos ou para recepção de algum encaminhamento que venha nos possibilitar melhorar a gestão ambiental no Estado de Mato Grosso.

Somente um último assunto.

Nós criamos, ou editamos uma instrução normativa que deu uma nova oportunidade de licenciamento, mas, ao mesmo tempo, foi alvo de crítica, porque estabelece como condição o georeferenciamento.

O georeferenciamento nos parece – e essa é uma convicção técnica – o instrumento mais eficaz e mais preciso para que nós possamos eliminar sobreposição de título, domínio e posse, sobretudo quando há conflito de vizinhança e a certeza da quantidade da área, conforme os limites físicos e os marcos territoriais de cada propriedade. Isso tem, por outro lado, gerado uma reação. Primeiro de alguns que são efetivamente pães-duros, não querem, não aceitam. Outros porque não têm condições. Nós já estamos estudando alternativas. Mas o certo é, Deputado - eu gostaria aqui de deixar um pedido -, é a única forma que nós temos para regularizar a situação fundiária de inúmeras propriedades rurais e dar ao órgão a certeza de estar licenciando atividade rural sem nenhuma possibilidade futura de questionamento.

E, mais do que isso, a certeza de alimentar a base de dados da Secretaria com condições objetivas, técnicas, precisas que nos permitirão de forma científica acompanhar toda a alteração ambiental das propriedades e até evitá-las sem que nós tenhamos que multar, ou autuar, embargar, e assim por diante.

Então, nós inclusive estamos propondo que esse instrumento seja objeto da revisão, ou seja, do projeto de lei para que possamos ser um Estado que mais uma vez avança, ou seja, está à frente da gestão ambiental nacional e que possa dar segurança ao produtor, mais segurança também ao Estado.

E só para este dado se tornar mais claro e não se levantar aí a falsa idéia de que isso travou o licenciamento, isso vai fazer com que haja uma inibição, um desestímulo, eu queria informar a todos os senhores que de 2000 a 2002, só 1.560 propriedades foram licenciadas, de um total de 5.924 propriedades.

Então, esse questionamento que se faz ao Governo atual - até porque eu falo com tranqüilidade, porque eu pertenci aos dois - precisa ser colocado dentro de um campo de justiça.

Em 2003 foram 2.183 licenciamentos, ou seja, no ano de 2003 mais do que três anos anteriores, de 2000 a 2002. Ele caiu um pouco em 2004, caiu também em 2005, por força até dessas intervenções, mas é hora de retomar e buscar a alcançar a maioria, senão a totalidade das propriedades. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Convido para compor a Mesa, o Dr. Gerson Barbosa, Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Coordenador do Projeto PPG7.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Com a palavra, o Sr. Paulo Rezende, da Associação de Proprietários Rurais do Estado de Mato Grosso.

O SR. PAULO REZENDE - Eu quero cumprimentar pela brilhante iniciativa, o Deputado Sérgio Ricardo, por ter feito uma audiência pública de tamanha relevância não só para o Estado, mas para o país também. E, quero cumprimentar também os demais componentes da Mesa e os demais presentes.

Hoje é falado, como o Secretário Marcos Machado falou, que a pecuária é a grande vilã da história do desmatamento. Só se nós analisarmos friamente, a pecuária tem uma parcela... Porque não se faz pecuária sem desmatamento. Mas, sempre nós procuramos fazer isso dentro da legalidade e da lei. Se fizer um levantamento de todas as propriedades de pecuária, a grande maioria delas está dentro da lei, tem a sua reserva legal, sua preservação permanente intacta.

Agora, a imprensa internacional, nesses últimos anos, falou que Mato Grosso era o grande desmatador, o grande vilão da derrubada da Floresta Amazônica.

A medida provisória que limitou a Amazônia Legal a 80% em 20% essa, sim, foi a grande vilã do que aconteceu do ano de 2000 para cá. Quando era 50% de desmatamento autorizado, todo mundo respeitava. Agora, quando passou para 80% de reserva legal, ficou inviável economicamente ao produtor, ao agricultor usar apenas 20% da propriedade dele. O que ele fazia? Ele desmatava 100% dela. Ele iria ser autuado pelo órgão competente, iria brigar 20, 30, 40 ou 50 anos, mas iria usar os 100%.

Então, eu acho que a grande vilã desse título de campeã de desmate do Estado de Mato Grosso foi essa medida provisória limitando a 20% de utilização do território.

Na década de 80, até por coincidência, havia aqui no Estado a Secretaria Especial do Meio Ambiente. Era um órgão vinculado a Presidência da República, o qual eu tive a honra de ser o Superintendente durante dez anos. Então, eu conheço bem esse problema ambiental do Estado. Fui na época, da SEMA do Governo Federal, que foram criadas três grandes unidades de Conservação aqui no Estado: a Ilha da Taiamã, no Pantanal; a Estação Ecológica de Serra das Araras, entre Barra do Bugres e Cáceres, uma área de quarenta e cinco mil hectares; e a Estação Ecológica de Iquê-Juruena, uma área de cento e cinco mil hectares, em Aripuanã. Então, são áreas que foram feitas para estudos com as universidades e os demais órgãos ambientalistas.

As ONGs, sempre tiveram a preocupação de denegrir a imagem do Brasil em desmatamento. Por quê? Porque nós estávamos tornando o maior produtor de alimento do mundo e isso incomodava os países de primeiro mundo. Então, todas as ONGs são originárias... A origem delas são países de primeiro mundo, que querem travar o nosso desenvolvimento. Por exemplo, hoje nós somos o maior exportador de carne do mundo. Uma carne saudável, uma carne a pasto, que é o boi verde, como nós chamamos. Não, nós não temos vaca louca, nós não temos esse tipo de doença que eles têm lá fora. Agora, o Secretário está nos culpando de sermos, na pecuária, o maior devastador. Não é bem assim, a história não é bem assim...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Paulo, eu só queria fazer, até para auxiliar no seu raciocínio, ele disse que é na Amazônia, não no Pantanal nem no cerrado. Na Amazônia que seria a pecuária.

É isso, Sr. Secretário?

O SR. MARCOS MACHADO - É isso.

O SR. PAULO REZENDE - Não, estou falando também de Amazônia.

Deputado, não tem como fazer uma pecuária, uma agricultura como nós fazemos hoje, com alta tecnologia sem recurso. A pecuária, hoje, por exemplo: pode parar o desmatamento? Pode, se nós tivéssemos recursos condizentes para que nós recuperemos essas áreas semidegradadas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

que já foram desmatadas são semidegradadas, nós tivermos recursos para isso, nós poderíamos produzir muito mais e não precisava desmatar mais nada. Mas não existe.

Nós temos um Governo Federal que promete liberar recurso, ele só promete, chega na hora ele não libera. Se o senhor ver o problema da nossa sanidade animal, os problemas que nós estamos tendo aí. Isso não é prejuízo só para o Estado, não, isso é prejuízo para a nação, porque nós do agronegócio somos os maiores alavancadores de recursos que o País recebe hoje, quem traz divisas para este País, hoje, é o agronegócio. Então, de maneira algum nós podemos ser sacrificados como os vilões de tudo isso.

Quando o Secretário citou aí o exemplo de Tapurah, Juína, Colniza, os grandes desmatadores ali foram os grileiros, foram os invasores. Não foram os pecuaristas e os agricultores, não, porque nós fazemos tudo isso dentro da legalidade. Agora, é uma política ambiental. Eu acho que a política ambiental deveria ser mais educativa do que punitiva. E também dar condições ao proprietário com financiamentos, com recursos para que ele recupere a área que ele degradou, porque a recuperação de uma área degradada é muito cara! Então, dar tempo a ele. Não puni-lo, mas educando e tentando que ele melhore todo isso aí, porque o meio ambiente é importante para todos nós.

Então, isso que eu queria deixar aqui bem claro, que nós da pecuária e da agricultura nos preocupamos e nos preocupamos muito com o meio ambiente. Agora, não aceitamos ser taxados como os vilões dessa devastação e dessa degradação que está existindo por aí. Muito obrigado.

O SR. MARCOS MACHADO – Deputado, se o senhor me permite só para contrapor aqui. Há uma concordância nessa questão da educação e eu acho que nós já estamos fazendo isto, nos aproximando da FAMATO, do sindicato.

Quero discordar, e o senhor tem direito de ter opinião diferente, até porque representa o segmento. O que nós temos inclusive constatado é que uma pequena minoria de pecuaristas respeita APP e busca uma relação ambiental. Quero referir apenas à parte amazônica, não estou me referindo aos pecuaristas do Cerrado e do Pantanal, onde temos aí constatado inclusive posturas proativas. Eu me refiro à Região Amazônica, acima de Sinop, se o senhor sobrevoar e for em campo, o senhor vai com certeza se convencer do contrário.

Mas eu queria só propor um encaminhamento, se o senhor concordar. O Deputado Sérgio Ricardo poderia mediar. Como nós temos que buscar o licenciamento, nós temos que aumentar isso, nós temos menos que seis por cento... É através do licenciamento que inaugura a relação do produtor com a secretaria. O senhor, como representante, deveria buscar o convencimento e com certeza encaminhar todos os seus representados a nos procurar, para que não só possamos orientá-los, mas sobretudo possamos evitar que continuem ocorrendo situações que não são do interesse nem da Secretaria e nem do pecuarista, como o senhor está colocando. Agora, que são muito poucos aqueles que nos procuram, que querem agir de forma, estabelecer uma responsabilidade ambiental, isso os números mostram. Se o senhor levar um relatório daqueles que procuram e estão querendo realmente se adequar, o senhor vai ver que é um percentual muito pequeno. Mas de toda sorte eu quero aproveitar e lhe fazer este pedido, porque nós estamos para prestar serviço público. Essa é a nossa intenção.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Depois, na fala do Dr. Carlos Irigaray, que vai cuidar da revisão do novo Código Florestal...

Quero falar o seguinte, até como curiosidade, quando o pecuarista tem que derrubar para instalar ali sua propriedade, ele tem na legislação que replantar? Quando, por exemplo, o agricultor desmatou para fazer a sua propriedade, ele tem que reflorestar? Como é a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

legislação para cada um desses segmentos? Entendeu, Dr. Irigaray, só para que não nos esqueçamos de fazer esta colocação.

Queria passar a palavra ao Dr. Gerson Barbosa, que é Promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente.

O SR. GERSON BARBOSA – Bom-dia a todos e a todas!

Eu queria cumprimentar os nobres componentes da Mesa, na pessoa do Deputado Sérgio Ricardo, e parabenizá-lo por esta iniciativa.

Eu tomei conhecimento ontem à noite desta Audiência Pública. Eu preferiria, obviamente, um convite formal, mas considerei importante a presença do Ministério Público, tendo em vista a brilhante iniciativa.

Tendo ficado bastante atento às ponderações do nobre Secretário, como responsável pelo Projeto PPG7/Ministério Público e também como coordenador do CAOP, as minhas atribuições envolvem medidas e estratégias para todo o Estado com relação à contenção do desmatamento, eu tenho algumas perguntas, Secretário, para fazer ante as suas ponderações.

Eu acompanho a questão há muito tempo, mesmo como Promotor de Justiça, respondendo por Santo Antônio do Leverger, isso nos idos de 2002, que era outro Governo. Como se trata de uma questão de Estado, eu não divido este Governo, aquele Governo, mesmo porque o Ministério Público não exerce política partidária. Nós vemos como uma questão de Estado o desmatamento. Nós temos percebido... Temos esse revolucionário sistema, o SLAPR, que nasceu sob uma concepção errada. Concepção errada por quê? Quando nasceu o SLAPR, ele tinha a noção de resolver todos os problemas de desmatamento, como ações, monitoramento, controle via banco de dados. Mas a concepção errada foi isso. Eu até discuti isso, umas discussões acadêmicas interessantes com o então Diretor, Dr. Paulo Leite. E ele nasceu sob essa concepção. E nesse aspecto o Secretário tem razão, algumas incongruências do sistema nasceram no outro Governo, do qual eu fiz parte também, mas como eu disse para o Ministério Público isso é irrelevante, porque as incongruências têm que ser resolvidas.

A concepção errada é que não se precisaria mais de fiscalização. Foi um grande erro, o primeiro.

Outro grande erro, uma dependência do sistema totalmente nas mãos da iniciativa privada, e isso já comentei com o Dr. Irigaray, totalmente, tanto é que quando aconteceu um pequeno problema nesse sistema, que o Ministério Público tirou toda senha e cortou as informações, deixando apenas na FEMA, quase inviabilizou, porque a empresa privada é que tinha todas as senhas, inclusive, não era a FEMA.

E nós temos acompanhado e me parece que essa questão está sendo resolvida.

O outro problema que nós detectamos e já discutimos muito, é que não se acreditava que o produtor ia chegar na SEMA, e cadastrando, realmente, porque se cadastrar... Hoje, está em torno de 44% cadastrados, isso envolvendo as áreas indígenas, envolvendo as unidades de conservação, etc, e aquele pequeno número de propriedades citadas pelo Secretário, mas se acreditava que o sistema iria trazer todo mundo. Mesmo que trouxesse, ainda haveria um problema, porque nós sabemos que em se tratando de Floresta Amazônica - isso o Secretário sabe muito bem, já atuou como Promotor de Meio Ambiente e sabe muito bem -, Cerrado, você recupera; mata ciliar, você recupera; Floresta Amazônica, você não recupera. Aliás, se tiver algum estudo que alguém saiba que possa recuperar a Floresta Amazônica, eu agradeço. Você não recupera a Floresta Amazônica, até pelas suas características, ou seja, se você degradou cinco mil hectares de Floresta Amazônica, há o prejuízo paisagístico, há os efeitos de borda, há diminuição da biodiversidade, há uma ação deletéria no ecossistema, aliás, seria bioma irreversível, ou seja, as medidas que contam em se tratando de Floresta Amazônica são as medidas preventivas, presença do Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Realmente, é complicado. Nós acompanhamos a antiga FEMA e batíamos nessa tecla, tanto é que fizemos termo de orçamento de conduta com o Governo, obrigando-o a contratar, porque ele tinha dez fiscais para atender noventa milhões de hectares.

Para o senhor ter uma idéia, Deputado Sérgio Ricardo, no Paraná tem quatro vezes menos. O Estado do Paraná é quatro vezes menor que Mato Grosso, tem em torno de 800 fiscais e a cobertura vegetal deles hoje é de 6%, pouca coisa. A nossa é muito maior, uma área muito maior e nós temos, hoje eu não sei, acredito que o Secretário já esteja resolvendo esse problema e tenha aumentado o número de fiscais, mas tínhamos 10 fiscais, aliás, 08, porque eu abri procedimento para 02 deles e foram afastados. São 08 fiscais para cuidar do Estado inteiro.

Então, vou ser bastante objetivo e fazer algumas perguntas para o Secretário, diante desse quadro.

Outro problema que detectamos no sistema também foi que ele aceitava um CDezinho, ou as cartas do DSG, aliás, cartas do DSG, nem *e-mail* digital, ou zoneamento, ou RADAM Brasil, mas esse problema já foi solucionado, Secretário, por aquela Resolução e agora só Radam Brasil. Esse problema, pela sua ação, já foi resolvido. Hoje só aceita RADAM Brasil, que eu achei uma excelente idéia. Se estiver errado ou está certo, não importa, pelo menos foi homologado e é um estudo muito bem feito, por mais que a resolução não seja boa, mas, até que apareça outra, realmente foi uma excelente idéia.

Outro problema que verificamos, inclusive foi objeto de reunião com o Dr. Irigaray, com o Dr. João Virgílio, quanto à multa, é que se aplicavam multas monstruosas, às vezes elas diminuía no CONSEMA, que na verdade é uma decisão mais política do que técnica, às vezes nem se aplicava multa, ou não se executava, ou, se executava, não recebia. E a multa, sem dúvida nenhuma, é uma medida preventiva – isso nós sabemos.

Outra coisa que detectamos, também, e já cobramos bastante é a inobservância do princípio de observação. Várias informações sobre multa, desmatamentos legais e ilegais e etc, isso, no nosso modesto entendimento, deveria estar na internet, disponível para todos, para ONGs, para todo mundo checar e ver. Inclusive, o Ministério Público, e me orgulho muito disso, levantou os 65 maiores desmates, um papel que nem era do Ministério Público, para mostrar para a antiga FEMA que dá para fazer e é útil e em cima desse desmatamento, em cima dessas informações, uma ONG fez um relatório, trabalhou, alugou um avião e detectou que onde tinha mil, passou a ter dois mil, quer dizer, fez um estudo muito importante em cima de um levantamento feito e disponibilizado pelo Ministério Público, que, na verdade, seria função da FEMA, na época.

Então, as perguntas que tenho para o nobre Secretário seriam essas: quais as medidas concretas para se resolver à questão da fiscalização, porque sem fiscalização não existe. Se formos acreditar que... E quero deixar bem claro que nós vivemos numa sociedade democrática capitalista. O culpado não é o produtor. A culpa é da ausência do Estado. E não vamos agora culpar FEMA ou SEMA. O culpado não é a FEMA, o culpado não é a SEMA. A política ambiental é obrigação do Estado. Como eu não vejo um Governo, outro Governo, eu não vejo nem FEMA, nem SEMA. Então, eu vejo responsabilidade do Estado.

Sobre a fiscalização, eu quero saber quais as medidas para que haja essa fiscalização, as medidas preventivas, porque, inclusive, na fiscalização você pode fazer apreensão de equipamentos, pode multar e, às vezes, notificar. Basta uma notificação, desde que você vá lá e veja se ele atendeu essa notificação.

Agora, com essa ausência do Estado, realmente, ninguém vai conter o desmatamento, é quimera.

Eu quero saber quais as medidas para a fiscalização; quais as medidas para diminuir a dependência de empresas privadas para a organização, incrementação e implementação do Sistema

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

SLAPR, sistema revolucionário, que está subaproveitado. O Brasil inteiro não entende como o Estado de Mato Grosso tem um sistema desse e os maiores índices de desmatamento. Na verdade, tem alguma coisa errada aí.

Quais as medidas concretas para a efetiva cobrança das multas; quais as medidas concretas para a obediência, princípio da informação; e as medidas concretas para se implementar medidas preventivas, já que, como eu disse, derrubou, já era.

Basicamente, Deputado, seriam essas as minhas ponderações e perguntas para o Secretário.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Antes de continuarmos com as falas da Mesa, Dr. Marcos, o senhor poderia responder aos questionamentos.

O SR. MARCOS MACHADO - Eu agradeço os encaminhamentos do Dr. Gerson Barbosa.

Fazendo uma referência, Doutor, eu também presto serviço ao Estado, não ao Governo. Agora, eu não vou deixar, de maneira nenhuma, por lealdade, de fazer justiça em relação à pessoa do Governador, sempre que a questão ambiental for tocada.

Primeira questão, sobre fiscalização. Nós criamos 70 cargos técnicos comissionados, uma vez que não... E acredito que o senhor também seja contra o contrato temporário. E eu tenho isso por convicção jurídica. E está em curso o concurso público, com 150 novas vagas cuja inscrição encerra-se no dia 24 deste mês.

O SR. GERSON BARBOSA - Só 150?

O SR. MARCOS MACHADO - 150.

O SR. GERSON BARBOSA - Pouco.

O SR. MARCOS MACHADO - Não acho, porque 420 servidores da Secretaria fazem parte, hoje, do quadro estatutário. Então, nós estamos incluindo mais 150, todos de nível superior para essa atividade.

Criamos 150 cargos de agentes ambientais, já agora. Então, 70 mais 150 deram 220 já nesse semestre de 2005. 150 novas inclusões, a expectativa a partir de março.

Nós fixamos, ou melhor, firmamos dois convênios um com a polícia civil e com a polícia ambiental. Com a polícia ambiental, já trouxemos 140 policiais entre praças e oficiais que já integram à estrutura da Secretaria. 12 policiais civis entre os quais 02 delegados de polícia. Firmamos 03 Termos de Cooperação Técnica; um com o INDEIA, um com a EMPAER, um com a SEFAZ para que haja a possibilidade na atividade simultânea desses órgãos também a possibilidade de uma fiscalização ambiental: comunicação, utilização de bancos de dados comuns, definição de plano de trabalho comuns, e assim por diante. E estamos, hoje, no 15º Termo de Cooperação Técnica com municípios, onde as secretarias municipais estarão atuando nos seus municípios sob coordenação da Secretaria, emprestando pessoas, estrutura física e material para que nós possamos estar presentes dentro dessa comunidade. Ou seja, dentro de cada município.

Então, nós temos esse reforço e acreditamos, concordo com o senhor neste ponto, que a presença é pedagógica e indispensável, presença do Estado. Para isso nós saltamos de 08 escritórios regionais para 14. E o que conseguimos instalar, o que mais me preocupou, já consegui, foi o de Aripuanã e até o dia 31 deste mês instala Guarantã do Norte. Acredito que seja também um reforço muito importante. Criamos Porto Alegre, criamos Pontes e Lacerda, criamos Canarana e criamos Juara.

Em relação ao sistema, o senhor bem já reconheceu que nós já estamos absorvendo a responsabilidade do uso do sistema que o senhor denominou iniciativa privada transferindo para a responsabilidade pública. Agora eu não vou negar e nem deixar de manter a relação privada, porque eu acredito que a terceirização e a contratação de serviço dessa natureza sejam importantes e o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Estado não tinha a capacidade técnica e nem estrutural para que houvesse o funcionamento. O contrato já prevê substanciais alterações e a intenção é que na verdade eles sejam instrumentos. Ou seja, pessoas que trabalham sob a supervisão e a coordenação da própria Secretaria.

Multas e todas as ações administrativas, acredito que uma correção substancial deva ser feita na legislação sobretudo o funcionamento do conselho que o senhor faz parte e fez parte do conselho estadual e o senhor sabe que lá há uma demora até de 5 anos, 3, 4 anos para o julgamento dessas penalidades quando não se prescrevem lá mesmo.

O SR. GERSON BARBOSA - Sugerimos ao Governador inclusive essa alteração.

O SR. MARCOS MACHADO - Correto.

Em relação à informação, já colhemos. O André pode expor - não quero atrapalhar a exposição da Mesa, mas ele está aí à disposição para lhe informar que medidas inclusive para a publicidade dessas informações já estão sendo preparadas para serem colocadas no site da SEMA linkado no *site* do Ministério Público. Quem entra no Ministério Público pode inclusive ter a mesma informação.

E em relação às medidas preventivas eu vou concordar com o representante aqui da Associação dos Pecuaristas, somente com educação ambiental. Não vejo outra alternativa de convencimento que possa evitar maiores danos ambientais.

Criamos a Superintendência da Educação Ambiental, cuja a Superintendência a funcionária da Casa, eficientíssima, dedicada, a Eliane Faccino, que tem uma equipe e que está, através dos Termos de Cooperação, difundindo toda uma política de conscientização ambiental para o interior. Não acredito que consigamos até o final do ano ou, pelo menos, no ano que vem levar a conhecimento e adesão de todos os 141 municípios, mas estamos nos esforçando para que isso aconteça.

O SR. GERSON BARBOSA - Deputado, só uma palavrinha, dois minutinhos.

Deixei de fazer esclarecimento interessante.

O Ministério Público, mesmo porque o Ministério Público tem um convênio com a SEMA, e a SEMA nos passou valiosas informações nessa nova gestão.

Nós disponibilizamos via internet informações sobre focos de calor, todos os focos de calor em algumas promotorias. Nós temos nossas limitações tecnológicas e fizemos isso sem um tostão sequer, só com capacitação dos nossos funcionários. E nós disponibilizamos também informações do DETER, até o André sabe e parece que ele vai nos fazer uma visita. Essas informações do DETER são interessantes por aquilo que eu digo. Todos vão fiscalizar. Tem um desmatamento aqui. Quer dizer, ele vai estar visível para todos e obviamente para a SEMA e IBAMA.

Nós aguardaremos, do Ministério Público, esse concurso, Secretário, porque a idéia é, a partir da estruturação da SEMA, querermos saber o que é que está sendo feito com relação ao foco de calor. O foco de calor, é óbvio, quem é do ramo sabe, ele é o indício de desmatamento e nós já somos um dos países mais poluidores do mundo em face dos focos de calor. E o Ministério Público, tanto em relação à SEMA quanto em relação ao IBAMA, vai oficial querendo saber o que é que está sendo feito com relação aos focos de calor, o que é que está sendo feito, obviamente, administrativamente, para subsidiar, para servir de insumo para as ações do Ministério Público, assim como o DETER, porque as informações do DETER que nós temos lá são de agosto. Mas é possível o órgão ambiental chegar lá e ainda apreender máquinas, multar e fazer aquilo que é interessante, evitar que desmate. E aí, quem for no *site* do MP vai ver assim, em fase experimental, nós pretendemos melhorar, querendo deixar bem claro que as informações de lá são da SEMA e do INPE, e essa eu diria assim, que é uma modesta contribuição do Ministério Público no âmbito da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

sociedade, mas com certeza, a SEMA, com a estrutura que tem, vai melhorar esse nível de informação.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Esta audiência pública está sendo transmitida pelo Canal 36, TV Assembléia. E eu quero pedir àquelas pessoas que queiram fazer perguntas à Mesa, que podem fazer a sua inscrição.

Com a palavra, ao Dr. Roberto Cavalcanti, advogado, com experiência jurídica nessa área.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI - Eu quero cumprimentar o Deputado Sérgio Ricardo pela iniciativa e também cumprimentando aqui todos os componentes da Mesa e a todas as senhoras e senhores aqui presentes. Agradeço o convite, a lembrança em participar aqui também do debate.

À época, quando era Procurador da República, ajuizamos uma Ação Civil Pública que visava perante o IBAMA ou em face do IBAMA, para que todos os recursos que fossem oriundos de reflorestamento, eles ficassem aqui no Estado de Mato Grosso, porque esses recursos saíam do Estado e eram utilizados como custeio na máquina do IBAMA para fora do Estado. E sai da Procuradoria da República e sei que ainda temos na Justiça, para que seja repassado ao Estado, mais ou menos, quatorze milhões de reais para se implementar aqui a política ambiental, fruto de recursos que saíram do Estado de Mato Grosso, de produtores e foram para fora do Estado.

Inclusive, tem uma ação interessante, que está em fase de execução de sentença há algum tempo, onde já foram carreados quatro milhões de reais ali dentro, sendo utilizado. Hoje, nós sabemos que o IBAMA tem mais essa importância para repassar para o Estado.

Agora, a ausência do IBAMA no Estado de Mato Grosso na política ambiental do modelo que nós temos, que é esse modelo do agronegócio que, hoje, vinte anos depois, coloca Mato Grosso como um dos maiores produtores de grãos e da pecuária de corte no País, é uma coisa lamentável, porque nós temos vários conflitos aparentes entre o agronegócio e a questão ambiental.

Nós aqui assistimos a um debate entre o nosso membro do Ministério Público Estadual e o Secretário Dr. Marcos Machado, que também é egresso do Ministério Público Estadual, onde nós vimos a mentalidade de fiscalização, a mentalidade de imposição de multas e por outro lado também a mentalidade do produtor rural e do pecuarista.

Pela expediência que eu tenho, eu vejo que a educação ambiental é o ponto chave para todos nós, quer Governo, quer Ministério Público, quer produtor. Então, é importante para todos nós a educação ambiental. A educação ambiental foi uma das coisas mais fortes do nosso projeto, na época, de recuperação de áreas degradadas do rio Cuiabá, porque sem ela o pecuarista não pode tirar o melhor rendimento de seu negócio.

Quando eu viajo pelo Estado, por exemplo, até Cáceres, eu vejo fazendas que estão absolutamente desmatadas. Vejo outras onde o gado está amparado também pela sombra das árvores! Então, vai depender da mentalidade da época, ou de hoje, a questão ambiental. Já se sabe hoje, que para o gado, a sombra é algo essencial. Não é verdade? Até para o couro também a sombra é importante, nessas questões até de anteparo também para o gado. Então, é uma mudança de mentalidade.

Para o sojicultor, o plantio direto veio trazer uma economia e um ganho ambiental, principalmente uma economia para o sojicultor. Então, dentro da área de Cerrado, por exemplo, nós queremos continuar plantando soja, o Cerrado é uma vocação para a soja? Ou o Cerrado é uma vocação para a fitoterapia? Quem nos dá maior rendimento no Cerrado é a soja? Ou é a fitoterapia? Na minha época, até hoje não me convenci do contrário, vejo que se nós implantarmos no Cerrado a fitoterapia, nós teremos muito mais recurso, muito mais do que com a soja. Agora, se pergunta, nós temos aqui a Fundação Mato Grosso plantando, pesquisando e produzindo uma soja de excelente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

qualidade, o Estado está hoje vivenciando uma crise sem precedentes na questão da soja por conta da queda do preço internacional, será que isso aconteceria com a fitoterapia se o Cerrado tivesse explorando de forma econômica? Acho que não. É sazonal essa crise? Há dois anos nós estamos aqui no ápice dos preços da soja, o agricultor ganhando com isso. E para o Estado, qual é o recurso que o Estado estava ficando com isso? Não sei. Precisamos também de recurso em nível federal? Precisamos, não temos.

A pecuária hoje é uma pecuária forte, mas já precisou de recurso. Será que para a agricultura, onde os Bancos que deveriam financiar a agricultura e não o fazem, nós não temos esse modelo também de degradação, será que o Estado, hoje, sendo um Estado forte, não pode investir também nesse modelo agrícola, um Estado que precisa de estradas, um Estado que precisa de ferrovia, um Estado que precisa de rios navegáveis para dar vazão a sua produção? São coisas que nós temos que realmente planejar e sair dessa simples dicotomia entre o fiscalizar e o produzir. Nós temos que planejar a produção, sem evidentemente deixar de cuidar dos aspectos ambientais que é relevante, são essenciais para a própria produção, inclusive a água. Nós somos um Estado ainda exportador de água. Se nós cuidarmos realmente desse aspecto nós vamos produzir, mas aguardar com o quê? Então, fica difícil também para nós produzirmos sem água.

Então, é preciso que se tenha esse cuidado, do planejamento do agronegócio, ou do zoneamento agroambiental, e tenhamos a educação ambiental como mote, evidentemente sem largar a fiscalização.

Agora, vi uma coisa muito interessante hoje aqui neste debate, a palavra aqui do Secretário em agilizar para o agricultor o licenciamento, os projetos, a aprovação. Isso é muito importante, que o órgão ambiental licenciador tenha essa visão também empresarial do agronegócio, para que o agricultor não fique à margem do processo e nem praticando atos marginais do ponto de vista ambiental, em razão da demora e das dificuldades burocráticas que esses órgãos costumam ter. É preciso neste caso que o Governo Federal, ou saia de foco e coloque a SEMA, ou passe também a agir de forma não-burocrática e de forma mais voltada para a questão do agronegócio, porque a sua postura de omissão infelizmente tem levado ao noticiário político local e criminal também, em nível nacional, da Operação Curupira, etc, que acontece exatamente pela inação do órgão governamental federal.

Eram essas as palavras que eu gostaria de nesse momento contribuir com o debate e a experiência que ao longo desses quase vinte anos eu estive à frente da Procuradoria da República, principalmente quando cuidava dessas questões ambientais do Estado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Vou passar a palavra ao Dr. Carlos Teodoro Irigaray, Procurador do Estado, que está tratando da revisão do Código Florestal do Estado de Mato Grosso.

O SR. CARLOS TEODORO IRIGARAY – Bom-dia a todos!

Saúdo os membros da Mesa, na pessoa do Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Deputado Sérgio Ricardo, a quem louvo pela iniciativa de realizar esta Audiência Pública, para discussão dessa temática tão importante em nosso Estado. E no momento também, eu diria até crucial. As notícias que estão sendo veiculadas pela imprensa, demonstrando a situação crítica em que se encontra a Amazônia, tornam evidente a necessidade de medidas mais reais, mais concretas, para se enfrentar a questão do desmatamento.

Eu estive há uma semana em Rio Branco, no Acre, a convite do Governo do Estado local, para discutir a questão de manejo florestal e algumas medidas de implementação, de agilização do procedimento. Embora o Estado do Acre seja um dos Estados onde a Amazônia está mais preservada, a situação local era de calamidade pública. O rio Acre, que banha a cidade de Rio Branco, estava 12m abaixo do seu nível. Praticamente, o rio estava quase seco e a floresta

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

queimando nos arredores de Rio Branco. A reserva extrativista Chico Mendes estava pegando fogo durante aquele período. E isso estava acontecendo em quase todo o Estado do Acre. O que demonstra que não bastam ações locais. Quer dizer, no Estado do Acre até que a política tem sido bem eficaz, de contenção de desmatamento. Mas não bastam ações locais. A Amazônia, como um todo, é um bioma. E as conseqüências das ações que estão desenvolvidas em outro Estado estão repercutindo em todo esse bioma.

Bom, no Estado do Mato Grosso o Deputado falou do zoneamento como um divisor de águas. Na realidade, nós estamos vivendo um momento que é de um divisor de águas no sentido de implementação de algumas medidas de governança, algumas medidas voltadas para o aprimoramento da gestão ambiental.

Nós tivemos há alguns anos a criação do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais, o que foi falado aqui, o SLAPR. O Código Estadual do Meio Ambiente foi aprovado e algumas medidas foram implementadas. Agora, mais recentemente, a criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e as adequações na legislação que estão sendo também implementadas no Estado, tanto no Código Estadual do Meio Ambiente como também a propositura de uma lei de política florestal para o Estado. Porque, apesar do Estado ter grande parte do seu território de floresta amazônica, nós não tínhamos, até então, uma política florestal. E isso estará sendo encaminhado ainda, como disse o Secretário, este mês algumas medidas para apreciação da Assembléia Legislativa para ajuste do Código Estadual do Meio Ambiente no que diz respeito à sua compatibilização com a Legislação Federal, e também nessa lei de política florestal do Estado, onde o Estado vai disciplinar a utilização sustentável dos recursos florestais, regulamentando manejo, regulamentando transporte de produtos florestais e uma série de medidas para induzir o ingresso das propriedades no sistema que está hoje instalado na Secretaria de Meio Ambiente, que é o SLAPR.

Como o Secretário falou, hoje nós temos menos de 10% das propriedades inseridas nesse sistema. Esse sistema é que vai dar ao Estado condições, realmente, de monitorar e acompanhar a evolução do desmatamento, a utilização dos recursos florestais.

Então, nós precisamos de ações concretas para ampliar a base de dados desse sistema, quer dizer, nós temos mais propriedades. Se possível, 100% das propriedades do Estado inseridas nessa base do sistema, onde nós possamos, através das imagens de satélite, identificar, prontamente, o início de um desmatamento e saber quem é o proprietário, quem é o responsável, qual o seu endereço, para que a presença do Estado seja real e efetiva.

Algumas medidas que estão previstas nessas alterações legais - e eu quero destacar - uma delas é a criação de Programa chamado Pró-Regularização, que está sendo criado com essa proposta de alteração do Código Estadual do Meio Ambiente. Esse Programa é um Programa de incentivo à inserção dessas propriedades no sistema, desde redução das taxas de licenciamento e alguns mecanismos para facilitar a inclusão dessas propriedades nesse sistema.

O objetivo desse programa de Pró-Regularização é exatamente esse de ampliar o número de propriedades licenciadas no Estado de Mato Grosso.

Uma outra medida que está sendo proposta também é de incentivo ao manejo florestal sustentado. Esse está previsto nessa lei de política florestal, que está sendo elaborada, medidas visando incentivar a exploração sustentável através desses planos de manejo, porque essas atividades que estiveram ao longo desses anos sob responsabilidade do IBAMA, eram normatizadas, regulamentadas, através de instruções normativas, de portarias extremamente burocráticas. E se nós queremos, realmente, proteger a floresta amazônica e explorar de forma sustentável, temos que pensar medidas que possam facilitar e incentivar essa exploração sustentável da floresta. Então, algumas medidas no sentido de desburocratizar a tramitação, a apreciação, desses planos de exploração sustentável estão sendo pensadas dentro dessa estrutura, desse projeto, que vai ser e está

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

sendo ainda discutido internamente na Secretaria de Meio Ambiente, vai ser ampliada e, por último, vai ser discutido nesta Assembléia Legislativa, claro que podendo agregar novas sugestões e aprimorar ainda mais a proposta do Executivo.

Finalmente, uma outra medida importante que está dentro do que já foi falado aqui, dentro dessa proposta de dar mais transparência à política florestal.

Foi recentemente publicado um decreto governamental criando um comitê para acompanhamento da implantação dessa política, disponibilizando informação a esse comitê.

Esse comitê está constituído pela representante da Federação da Agricultura, da Federação das Indústrias, do Fórum do GT Floresta, que é o Fórum Nacional, para acompanhamento da política florestal envolvendo organizações da sociedade civil e também do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, sem prejuízo das atribuições do Conselho Estadual de Meio Ambiente, que também é partícipe desse processo de acompanhamento.

Então, há interesse da administração estadual de abrir, tornar transparente essa gestão, até porque a atividade de fiscalização, a competência, como foi falado pelo Secretário, não é exclusivamente do Estado. A própria constituição, quando reconhece o direito ao meio ambiente, reconhece que é dever de todos, da coletividade, do poder público e envolve poder público federal, estadual, municipal. Quer dizer, também a sociedade civil tem uma responsabilidade do acompanhamento e precisa, então, ter mecanismos de acesso a essas informações, o que está se pretendendo garantir através dessas alterações legais.

Eu estou à disposição para esclarecimentos que sejam necessários com relação à proposta, agradecendo e nos colocando aqui à disposição, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Passo a palavra para o Ésio Nei do Prado, da Associação dos Engenheiros Florestais de Mato Grosso.

O SR. ÉSIO NEI DO PRADO - Quero cumprimentar o Deputado Sérgio Ricardo por esta iniciativa e todos os demais membros da mesa.

Eu quero fazer uma colocação para o Dr. Irigaray, como ele já atingiu o assunto, que é a questão de taxa da SEMA, porque nós, como consultores florestais, temos essa reclamação da maioria dos produtores a quem vamos fazer licenciamento. São essas questões. As taxas da FEMA são muito altas, pesa bastante para os produtores ainda mais quando a gente coloca os nossos honorários. Então, é uma coisa que faz muitos produtores fugir do licenciamento.

E outra preocupação nossa no momento também é essa questão do georreferenciamento, a exigência do georreferenciamento no licenciamento ambiental. Visto que, na sexta-feira, a consulta feita ao site do INCRA nós temos, hoje, no Estado 526 propriedades certificadas. Sendo que em licenciamento nós já temos 5 mil e poucas propriedades. Quer dizer, nós não temos 5% das propriedades licenciadas sendo certificadas pelo INCRA. Então, uma preocupação é essa da associação nossa que, hoje, o que se coloca os produtores rurais que estão fazendo o georreferenciamento principalmente são os que estão vendendo área, que estão desmembrando matrícula. Então, a preocupação da nossa associação é que esse georreferenciamento também faça com que os produtores fujam do licenciamento. É uma colocação que colocamos aqui para a Eliane, para o André que vocês possam depois com o Secretário dar uma analisada, uma pensada nisso, porque, hoje, se entra com um georreferenciamento no INCRA está em torno de 4, 5, 1 ano e não tem nem sequer uma posição do INCRA. Então, essa é a nossa colocação da associação. A gente pede uma atenção maior para esses dois fatos, taxas e a questão do georreferenciamento.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - O Dr. Carlos Teodoro Irigaray pode responder aos questionamentos.

O SR. CARLOS TEODORO IRIGARAY - Em relação às taxas, como eu falei, esse programa que está sendo proposto nessa alteração código ambiental pró-regularização prevê

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

redução de taxas de incentivos para pessoas entrarem no sistema. Então, nesse programa pretendemos conduzir por dois anos para incentivar realmente o ingresso das pessoas no sistema. Isso vai significar uma redução nas taxas.

E em relação ao georreferenciamento, o Secretário até esteve já adiantando a importância do georreferenciamento. Porque nós temos alguns processos - está aí o nosso Promotor de Justiça aqui presente e pode também fazer um depoimento em relação a isso - em que estão sendo questionadas as licenças expedidas pela FEMA, inclusive sendo responsabilizados servidores com ações penais, porque liberaram projetos em cima de áreas indígenas, em cima de unidades de conservação, de áreas protegidas. E não tem como o fiscal, o agente do órgão ambiental ter uma segurança para autorizar uma exploração florestal se essa propriedade não estiver georreferenciada, porque essa propriedade, às vezes, é próxima a uma unidade de conservação e na carta imagem oferecida ela está fora da unidade de conservação. Quando vai buscar as coordenadas, ela já foi autorizada, já iniciou o desmatamento, está dentro de um Parque Nacional ou de uma área indígena.

Então, como foi falado aí, da morosidade, o que nós estamos pretendendo é reduzir o menor possível a dependência de outros órgãos que não sejam da administração estadual. Por exemplo, nós não estamos querendo no nosso processo de licenciamento de uma certificação do INCRA, de uma certificação da FUNAI ou fazer isso o menos possível, porque nós sabemos da morosidade, da burocracia, dentro desses órgãos federais. Mas, a importância do georreferenciamento no licenciamento, nós estamos estudando ainda maneiras de facilitar e reduzir esses custos, pois trata de uma medida indispensável no processo de licenciamento.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Haroldo Klein, Presidente da Associação dos Reflorestadores de Mato Grosso.

O SR. HAROLDO KLEIN - Bom-dia a todos, bom-dia ao Deputado, cumprimento a Mesa em seu nome.

A Associação dos Reflorestadores de Mato Grosso é uma entidade que representa, hoje, dezenove associados, de pessoas físicas, produtores rurais, assentados e empresas que trabalham nesse ramo de reflorestamento e de consumidores de produtos florestais.

A Associação tem dois anos que iniciou esse trabalho e ela se propõe em incentivar essa atividade no Estado. Nós percebemos, em tudo que foi falado aqui, que é uma atividade, principalmente, muito importante no Estado de Mato Grosso.

Nós temos um grande potencial como produtores de madeira, produtores de produtos florestais, onde também do produtor rural poderá advir renda dessa atividade.

Esse trabalho de reflorestamento no Estado de Mato Grosso iniciou com a necessidade da reposição florestal prevista em lei.

Na década de 80 começou-se os primeiros projetos de reflorestamento no Estado, começando em Cáceres, com a TEKA; a Serraria Cáceres; no final da década de 80 com a Sadia. Enfim, em 94, após o processo que o Sr. Roberto Cavalcante citou aqui, começou-se um trabalho de reposição no Estado de Mato Grosso com empresas especializadas nessa atividade. De lá para cá, nós temos um patrimônio florestal implantado no Estado de, aproximadamente, dois mil hectares. O Estado de Mato Grosso é um Estado bastante grande, onde cem mil hectares parece uma gota d'água.

Nós temos dentro da Associação uma floresta, entre os associados, em torno de quarenta mil hectares. Nós temos floresta de investimento, que são florestas de fundos de pensão, financiadas por fundo de pensão da Europa. Temos empresas que trabalham comercializando reposição no mercado e têm empresas com produção própria, plantios próprios para atender também essa questão da reposição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Nós estamos com uma atividade bastante intensa na nossa Associação, seria de que nós precisamos aferir, de fato, essas estimativas que nós falamos aí de oitenta, cem mil hectares. Nós estamos com o projeto aprovado na Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Mato Grosso, para nós fazermos o diagnóstico das florestas plantadas no Estado e a partir daí, juntamente, com o Estado de Mato Grosso, com o setor empresarial, definirmos políticas de reflorestamento e já estamos vendo essa necessidade de fazer um planejamento estratégico nesse sentido. Ultimamente, a mídia e todos os órgãos, nós temos percebido que fala-se muito em reposição florestal, em plantios florestais, sendo uma atividade rentável porque em nível nacional nós temos o apagão florestal que se comenta. Nós temos, então, falta de madeira no mercado. Não só no Brasil mas, em todo mundo.

Então, é uma atividade com uma rentabilidade hoje, só para vocês terem uma idéia, acima de soja quando tinha preços bons e atualmente nem se fala. Então, é uma atividade, do ponto de vista, atualmente uma atividade promissora. Madeira é uma *commodity*. Toda *commodity* tem seus problemas de mercado. Então, por isso eu falo que nós precisamos fazer uma estratégia de planejamento dessas atividades.

Os reflorestamentos no Estado de Mato Grosso se desenvolveram basicamente em duas espécies florestais. Nós temos a teca, uma madeira de alto valor comercial, utilizada especialmente na atividade de móveis finos, acabamento de navios e iates, madeira de alta qualidade não só pela aparência, mas é uma maneira com características físico-mecânicas de excelente qualidade. E temos no Estado também a espécie de eucalipto, principalmente plantada para suprir energia. As empresas consumidoras que usam, como o Deputado falou, o vapor, necessitam então de energia. E existem também, dentro de eucalipto, várias empresas trabalhando com reflorestamento para a indústria madeireira, produção de madeira sólida.

Atividade florestal de plantios florestais é uma atividade bastante interessante, como eu já citei, com relação à rentabilidade. E a associação, então, nesse momento, se coloca à disposição aqui da Assembléia Legislativa nesse trabalho. Nós já temos um trabalho conjuntamente com a SEMA nesse momento de organização da legislação do Estado, da legislação florestal, nós estamos participando, e a associação se dispõe a contribuir nesses momentos.

Era a fala que eu tinha a fazer neste momento.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Presidente, eu só queria saber se o senhor tem condições, como Presidente da Associação, de passar aqui para a Comissão de Meio Ambiente, a relação de toda reposição que essas empresas vendem para as empresas que necessitam, que compram. Vocês tem essa relação? As empresas reflorestadoras, porque se são essas empresas que estão reflorestando, são elas que estão vendendo reflorestamento, reposição, não é isso? Confere?

O SR. HAROLDO KLEIN – Como eu coloquei no início da fala, nós temos algumas empresas que exercem essa atividade de reposição. A maioria das empresas que está na associação não trabalha com reposição florestal, faz plantio próprio.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Existem empresas que produzem vapor e têm seus plantios?

O SR. HAROLDO KLEIN – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Quando não têm compram das reflorestadoras, é isso?

O SR. HAROLDO KLEIN – Exatamente. Então, a reposição florestal, só para esclarecer ao público, é uma obrigação de reposição de estoques. Então, toda empresa consumidora de matéria-prima florestal, através do Código Florestal, é obrigada à reposição.

O objetivo dessa reposição qual é? Seria a reposição de estoques para que no futuro nós tenhamos os estoques repostos, e essas indústrias fariam uma pressão ambiental menor

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

em cima dos maciços florestais nativos. Esse é o objetivo da reposição. Das empresas associadas que trabalham com reposição florestal, nós temos condições de fornecer esses números de área. No momento, eu não tenho esses dados.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Mas o senhor tem?

O SR. HAROLDO KLEIN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Posteriormente.

O SR. HAROLDO KLEIN – Sim. É possível.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Eu queria lhe fazer uma pergunta.

Na sua opinião, o senhor conhece bem essa área, as empresas que estão desmatando, elas têm essa reposição? Na sua opinião, as empresas que hoje desmatam em Mato Grosso estão fazendo reflorestamento ou elas têm comprado essa reposição? Elas têm garantido a devolução ao meio ambiente daquilo que elas estão tirando? Não sei se o senhor entendeu minha pergunta.

O SR. HAROLDO KLEIN – O senhor está falando das empresas reflorestadoras ou das empresas que consomem essa matéria-prima?

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Das que consomem a matéria-prima.

O SR. HAROLDO KLEIN – Nós temos vários dados levantados em nível de Estado. No momento não tenho dados concretos, mas nós sabemos que a reposição no Estado de Mato Grosso, somente do produto florestal, vamos dizer assim, legal, está abaixo. A reposição está abaixo do que a lei preceitua. E quando nós fazemos uma avaliação do número de desmatamento realizado no Estado, então, o Estado tem uma perda infinitamente grande dessa questão da reposição florestal.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Eu entendo. Então, existe mais ou menos um faz-de-conta. Se nós formos às empresas, e nós estamos fazendo um levantamento, quando nós vamos à empresa ela diz: “Não, tudo que nós consumimos nós temos a reposição, ou temos próprio, ou temos alguém fazendo o reflorestamento. Então, na realidade existe um faz-de-conta. Se nós formos bater, e essa Comissão pretende futuramente fazer o comparativo das empresas que estão reflorestando, daquilo que ela vende, da reposição do que ela tem vendido, com aquilo que está sendo desmatado, aquilo que está sendo consumido. Se hoje nós fizermos esse comparativo não vai bater, ou vai bater, na sua opinião?

O SR. HAROLDO KLEIN – Na minha opinião, não vai bater.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Essa é a questão. Alguém está mentindo que está fazendo. É um faz-de-conta. É isso que nós temos que combater, Secretário Marcos Machado, é isso que nós temos que consertar. Porque o papel aceita tudo. Se for bater no papel aceita, mas se formos fazer uma vistoria *in loco*. Se chegarmos em uma empresa e falarmos: Cadê o seu reflorestamento? Onde ele está? Você diz que tem esse reflorestamento, você diz que tem essa reposição. Você tirou tanto e diz que tem essa reposição. Onde ela está? Se formos nas empresas de reflorestamento...

É por isso que eu quero essas informações. Se for possível, posteriormente, a associação me repassar. Com isso é uma forma de nós termos aqui... Digamos que a sua empresa vendeu um determinado volume de reposição, aí somamos com outra empresa, com outra empresa, nós temos um volume de reposição vendido das empresas reflorestadoras, mais os estoques próprios das empresas, aí nós fazemos um levantamento diante da produção dessas empresas e vamos ter um comparativo se realmente ela está agindo corretamente ou se é um faz-de-conta.

Mas na sua opinião também não bate?

O SR. HAROLDO KLEIN – Não bate.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Então, era isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Tem mais alguma...

O SR. HAROLDO KLEIN – São várias formas de se fazer isso. Pode-se fazer essa comparação. Há empresas que a partir de 2000 começaram a trabalhar mais firmemente a questão da reposição florestal. Há empresas no Estado fazendo o fomento florestal privado, financiando produtores rurais para produzirem florestas adiantando recursos financeiros. Enfim, há várias atividades na área de reflorestamento sendo implementadas. Mas, volto a afirmar, não é o volume do que consome.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Compreendido.

Eu vou passar a palavra para os questionamentos.

Com a palavra, o Sr. Abel Nascimento, representante da Associação Mato-grossense de Ecologia.

O SR. ABEL NASCIMENTO – Eu quero parabenizar o Deputado Sérgio Ricardo pela iniciativa desta Audiência Pública.

Quero parabenizar também o nosso Secretário Estadual do Meio Ambiente, Marcos Machado, que na semana passada fez um trabalho brilhante aí, tem feito vários, mas esse do Cristalino foi fantástico. Isso porque, Secretário, alguns anos atrás, nós já havíamos denunciado a questão do Parque Cristalino e, infelizmente, nos ignoraram e a coisa caminhou como caminhou.

Onze mil hectares reais, documentados, e quarenta e poucos mil, fora área do Estado, área da União, denotada, destruída, por pessoas irresponsáveis e inescrupulosas.

Eu gostaria, nesta oportunidade, de dizer que esta Audiência Pública chegou no momento certo, Deputado Sérgio Ricardo, porque, na verdade, os números, o senhor acabou de dizer aqui, há muitos números que, na verdade, não condizem com a realidade. Não condizem com a realidade. O cenário é um, e quando você chega no campo, a história é outra. O senhor acaba de levantar a questão dos reflorestamentos, e eu quero dizer que estamos sofrendo muito, neste Estado, com essa questão, não o Estado em si, a Nação como um todo... O Dr. Irigaray coloca na questão da legislação: Nós temos legislação de sobra, muita legislação. O que nos falta é uma certa sensibilidade, ser tocado pela sensibilidade de que é preciso ter respeito à vida, que, infelizmente, nós não temos.

E digo assim ao meu amigo, representante da Associação dos Produtores Rurais do Estado de Mato Grosso, que quando o senhor acusa as ONGs de anunciar ou de fazer alarde sobre questões irreais ou sobre questões que o senhor diz que não são verdades. E, na verdade, aí de nós se não fossem as ONGs, que tanto trabalham, que tanto fazem e fazem por amor à camisa. Eu digo: Tem ONGs e tem ONGs, é preciso deixar claro, mas não podemos generalizar, de forma nenhuma, porque a ONG cumpre o seu papel. Tudo que não é governo é não governamental. Então, nós temos todo tipo de ONG no país e trabalhando, realmente, de encontro ou defendendo a vida.

E quero dizer que nós, da Associação Brasileira de Ecologia, Deputado Sérgio Ricardo, defendemos que haja uma moratória, no mínimo, por dois anos em relação à questão do desmatamento das nossas florestas e dos nossos cerrados – no mínimo por dois anos – para que depois que você tenha consciência, aí eu digo consciência, Dr. Marcos Machado, porque a consciência é um estado de espírito e para tê-la é preciso avançar muito na questão da sensibilidade. Nós não conseguimos impor a ninguém, não conseguimos criar consciência. A consciência é um estado de espírito que você adquire com o tempo e esse tempo é longo. O fato de já termos sensibilidade, já é meio caminho andado e queremos, neste momento, essa moratória para que tenhamos um tempo de estudo.

O zoneamento ecológico e econômico, ultrapassado de 10 anos, mas seus dados, muitos são importantes, está sendo agora... O Governo sabiamente retirou da Assembléia Legislativa para que seja feita uma avaliação. É interessante que faça essa avaliação desse zoneamento

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

ecológico/econômico para que possamos distinguir as coisas e saber o que temos, qual o patrimônio que temos.

O que podemos fazer? Avançar sobre a floresta, sobre o cerrado é crime. Em 1979, nós tínhamos 2% de cerrado desmatado, pesquisa da UFMT e em 2005 nós estamos com quase 50% do cerrado desmatado, num abrir e fechar de olhos, num piscar de olhos o cerrado desapareceu e com ele a corrosão genética, a destruição de centenas e milhares de espécies que estavam preparadas para a cura da AIDS e outras mais desapareceram juntas.

O Dr. Roberto Cavalcanti defendeu agora há pouco a fitoterapia como alternativa. A soja é algo muito efêmero, acaba muito rápido. Desmatar cerrado, floresta, para colocar soja na proporção que existe hoje – nada contra quem planta soja – tirar algo permanente e colocar algo efêmero e exportar nossa água para o exterior e alimentar cavalos árabes na Inglaterra, que menos de 1% come soja no País têm essa consciência, e digo consciência, que come soja no país. Quer dizer, nós podemos ter outras alternativas que não vão poder, no futuro, destruir o grande patrimônio, que é o Cerrado e as nossas florestas.

Colocou-se na questão da transição e deu-se a desculpa porque a legislação é confusa. Então, desmatou-se mais. Não é isso. Nós temos que ter uma sensibilidade acima de tudo espiritual.

Estamos vendo o que acontece, hoje, com a questão do aquecimento dos mares, a onda de calor. O que aconteceu com a Amazônia? Mais de 12 municípios da Amazônia sem água. Na Amazônia? É incrível! Mas por quê? Aquecimento global. Vamos colocar, há pouquinho nós falamos: agir localmente e pensar globalmente. Quem está lá fora, hoje, as ONG, estão preocupadas com o País? Estão preocupadas, sim, porque no passado ela destruiu tudo e não foram eles que destruíram. Foram seus ancestrais. E pensando nessa experiência negativa do passado, previne o nosso grande bioma brasileiro, Amazônia, como um todo. Previne-se, porque a Amazônia mantém o Planeta Terra. Eu coloco assim, porque ela é um dos mais ricos biomas desse mundo. E a superdiversidade é importante. Nós estamos destruindo tudo sem pensar, tudo, tudo, tudo. Você sobrevoa essas áreas é uma colcha de retalho. Estão desaparecendo nossos biomas, está desaparecendo nossa Amazônia. Em troca de quê? De plantas que vão e voltam a cada seis meses, que não tem sentido algum. Nós temos que ter outras alternativas. Às vezes, se possível, com o madeireiro. Eu não acho que o madeireiro seja vítima desse sistema todo. Eu quero colocar o seguinte: A madeira, o plano de manejo feito de forma adequada, é importante. A madeira idosa sai e a nova rejuvenesce. Não quero dizer com isso que também não tenha errado no processo, mas o madeireiro é o menos nesse processo todo no que a gente conhece. A pecuária, sim. Três partes do Planeta Terra, hoje, viraram pastos. E hoje está acontecendo o quê? O nosso gado não está mais aceito no exterior, por quê? Daqui a pouco a soja também não vai ser mais aceita. E agora? O Cerrado foi, a Amazônia foi.

Eu tenho aqui, só para finalizar, Deputado. Nós colocamos como proposta o Programa Alternativo de Energia. Nós temos o maior sol, os maiores ventos, energia eólica, energia solar. O Governo precisa investir nisso. Isso é o Governo Federal em sintonia com o Governo Estadual. Para nós não acabarmos com nossas matas e cerrados, como o senhor denunciou agora há pouco, nas nossas indústrias, nas nossas panificadoras, que está acontecendo hoje.

Nós temos o reaproveitamento total da matéria-prima oriunda da floresta e do cerrado, autorizadas, pode reaproveitá-la em 100%.

A intensificação do Programa Educação Ambiental, Dr. Marcos Machado, a Educação Ambiental é o menor orçamento neste Estado. Ninguém nunca pensou em Educação Ambiental, não interessa educar ninguém. Então, ela precisa de um orçamento, ela precisa ter recursos para alcançar lá nos rincões do Estado aquele cidadão que precisa ser orientado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

As terras já desmatadas, as alternativas, as técnicas de ponta para que se utilizem essas terras e não avançar sobre as nossas florestas.

Depois de tudo, foi falado um Plano de Manejo Ambiental Sustentável e esse nós não podemos abrir mão dele. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Eu quero delimitar um tempo de dois minutos para as próximas pessoas que forem falar.

Com a palavra, o Sr. Vicente Falcão, da Associação dos Criadores do Estado de Mato Grosso.

O SR. VICENTE FALCÃO – Bom-dia a todos! Bom-dia, Deputado Estadual Sérgio Ricardo, quero antes de mais nada, parabenizá-lo pela iniciativa e em seu nome cumprimento os membros da Mesa.

Eu só queria fazer um histórico e deixar registrado, porque o que nós temos visto ultimamente como produtor rural é, justamente, tudo de ruim do meio ambiente é o produtor rural, seja ele agricultor ou pecuarista.

Mas, aqui, vejamos, o senhor passou uns dados interessantes: 95% do que se paga das multas - isso relacionado ao IBAMA, conforme matéria de sua divulgação – é para a União, ou seja, foram pagos 63 milhões e 59,85 milhões ficou no bolso da União e sequer veio para reflorestamento ou para defesa do meio ambiente. Mas, isso é só para colocar.

Então, eu queria dirigir a palavra ao Sr. Secretário, fazer uma reivindicação: O senhor colocou que são 5.024 propriedades licenciadas e que em 2003 foi 2.133 propriedades. Isso veio ser somado ou está nesse contexto dos 5.000? É do total, tá!

Eu quero fazer uma justificativa do meu setor, Sr. Secretário, quando o senhor colocou na sua Instrução Normativa a necessidade do georreferenciamento e aqui o Presidente dos Engenheiros Florestais colocou com muita propriedade o custo operacional disso. O senhor me corrija, Sr. Presidente, se estou errado. Hoje, o mínimo para se fazer isso custa em média vinte mil reais. Esse é o mínimo, dependendo o tamanho da área, a chamada Licença Ambiental Única, isso é o mínimo.

Se nós colocarmos isso como nós somos o setor da pecuária, Sr. Secretário, custa quatrocentas arrobas de bois, quase dois caminhões de bois de dezesseis arrobas, para fazer a Licença Ambiental Única, isso é um custo muito alto para o produtor.

Então, eu gostaria que o senhor pudesse sentar lá com os seus técnicos, para poder viabilizar isso, independentemente do profissional que faz, ou é mais caro, ou é mais barato. Isso o Presidente dos Engenheiros Florestais pode atestar isso.

E outro detalhe, Sr. Secretário, que nos chega algumas informações que na sua instrução normativa, o senhor coloca, foi colocado: “As expensas da visita do técnico na propriedade ficarão por conta do produtor.” Tentei checar algumas informações que não são ainda o caso, haja visto que o senhor, recentemente, tomou posse, mas não tem ido, quando muito, é visto via foto satélite. E pio acontece como IBAMA, aí está o Presidente da Associação de Reflorestamento, sequer marca, os técnicos do IBAMA sequer vão na propriedade porque não tem tempo, quando não tem tempo, não tem carro...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Eles não vem nem na Audiência Pública, a demonstração de desinteresse...

O SR. VICENTE FALCÃO – Então, eu gostaria de alertar o senhor como uma necessidade, de quando se tratar do técnico ir a propriedade, nós temos percebido a preocupação do senhor em se aproximar do setor produtivo. Então, eu gostaria de colocar ao senhor como título de colaboração, para que quando ocorrer a necessidade do técnico...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Existe um problema sério, Deputado, o técnico não pode ir no carro, ou no veículo do Engenheiro Florestal quando tem, ou do proprietário rural que está requerendo o licenciamento, por uma questão de ética e uma série de louvável atitude. Mas, tem que ter o carro disponibilizado para ele poder ir, geralmente, não tem. É meio complicado isso.

Aqui tem outro engenheiro florestal, tem dois que mexem nessa área, labutam muito mais do que eu, são técnicos nisso, podem confirmar essa história. Eu acho que como nós estamos buscando melhorar o sistema de defesa de meio ambiente, eu acho que seria uma colaboração.

Também eu gostaria, mais uma vez, eu sempre falo que o produtor é culpado de tudo, o produtor é isso, é aquilo. Eu gostaria de falar para o nosso Digníssimo representante do Ministério Público, o senhor, Deputado, todo dia quase, ou toda semana, no seu programa diário denúncia crime ambiental no Rio Cuiabá, é a poluição, é o esgoto...

Eu acho que nós, da classe, estamos pagando o ônus e estamos dispostos a assumir esse ônus e vamos fazer, sim. E nós queremos também, a pecuária. Não se cria boi se não tiver árvore, se não tiver nascente e se não tiver área de preservação permanente preservada. Não dá para desassociar a preservação ambiental da criação da pecuária, e aí o meu colega sabe disso. Eu discordo do meu amigo pessoal Abel, quando ele fala da soja. Eu tive a oportunidade de participar de uma reunião com os japoneses que já estiveram aqui atestando a qualidade da soja mato-grossense, o valor protéico dela pelo fator que nós a temos doze meses ao ano.

Então, Abel, você me desculpe discordar, eu não sou plantador de soja, crio boi, mas, Abel, não dá para desassociar a pecuária sem a preservação ambiental. Nós somos produtores rurais do Pantanal e sabemos disso, estamos lá há mais de duzentos anos. Então, é uma falácia usar também desse artifício.

Concordo com você: há ONGs e há ONGs, aquelas que participam do processo produtivo, melhorando a qualidade. Hoje não se pode melhorar a qualidade de vida sem melhorar o sistema produtivo. Nós estamos em pleno século XXI, e eu acho que nós temos que interagir as nossas forças e isto aqui é a prova disso, a participação do Secretário e do Dr. Teodoro Irigaray, Procurador. Conheço-o desde o tempo em que nós começamos a discutir o Código Estadual do Meio Ambiente. Mato Grosso, se não me engano, foi o primeiro Estado a ter um Código Estadual do Meio Ambiente quando se discutia isso.

Aqui eu quero fazer um elogio à pessoa do Paulo Moura, que foi um grande incentivador em nível de Assembléia Legislativa.

Secretário, voltando, eu me preocupo quando o senhor traz a Polícia Florestal, a Polícia Ambiental Florestal no contexto. Eu acho que o senhor tem que ter uma outra preocupação. A Polícia Militar tem a sua carreira de promoções. Nem sempre quando você qualifica o policial para fazer suas ações, quando eles são promovidos, eles são deslocados dessa... É uma preocupação minha, pessoal, com esse contexto, porque a Secretaria vai investir na qualificação do profissional, vai melhorando, vai adequar à necessidade da política ambiental, da orientação. Aí, de repente, ele é promovido, ele vai sair, aí ele recomeça tudo do zero, o investimento perdido.

Preocupa-me também uma outra questão: essas parcerias, convênios que estão sendo celebrados com outras Secretarias e entidades congêneres do Estado em relação à fiscalização do meio ambiente. Eu acho que isso já está implícito na legislação, todo mundo aqui é um fiscal do meio ambiente, pode denunciar. Inclusive está no Código - o Teodoro me corrige se eu estiver errado -: sabendo de um crime de degradação ambiental, vá à autoridade competente e faça a denúncia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Então, me preocupa, porque o senhor sobrecarrega o INDEA, por exemplo, e a EMPAER, que são órgãos distintos, em que pese eles tratem os funcionários como todo cidadão, cabe denúncia quanto a qualquer crime ambiental ou dano ao meio ambiente.

Para finalizar, Deputado, eu agradeço.

Sr. Secretário, nós estamos sim preocupados com esta normativa. Nós tivemos uma conversa anteriormente aqui e o senhor disse que vai rever alguns pontos, principalmente no que tange os custos do licenciamento e também o seu art. 2º que trata dos 80% relacionados à medida provisória. Nós temos que ser mais ousados.

Sr. Presidente da Comissão, nós vamos ter aqui em Cuiabá, agora em outubro ou novembro, não é Abel, uma preparativa para a 2ª Conferência Estadual do Meio Ambiente, uma preparação para a 2ª Conferência Nacional em dezembro. Novembro será aqui.

Então, eu gostaria que a Assembléia Legislativa participasse desse processo mais efetivamente e ampliasse mais essa discussão. É isso que eu tinha para colocar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) – Secretário, o senhor prefere falar agora...

O SR. MARCOS MACHADO – Primeiramente, Sr. Vicente Falcão, eu gostaria de agradecer a sua participação, as suas sugestões. Já estamos, com certeza, sensíveis ao custo do georreferenciamento. Entendemos que é imprescindível dentro de uma atividade técnica, precisa, segura, e até porque há um comando legislativo. Há uma lei que disciplina que toda e qualquer alteração dominial precisa ser georreferenciada. Estamos procurando a melhor saída, uma vez que nós não podemos colocar o custo como uma condição ou fator determinante para manter ou não o instrumento.

Com relação às despesas, eu quero colocar para o senhor que ela é a taxa que já se paga. Ela está inserida, não tem nenhum acréscimo a mais para essa diligência. O técnico só vai a campo quando há questionamento entre o técnico responsável com o técnico público, ou seja, aquele que analisará o pedido. E não há dúvida nenhuma de que lá atrás havia dificuldades, deficiências, mas nós estamos com certeza disponibilizando pessoas e até mesmo nos escritórios, nós temos a Superintendência de Ações Descentralizadas que está destacando pessoas. Há um contingente, com certeza, maior de demanda e uma insuficiência de pessoas, mas nós estamos procurando individualizar para atender essa demanda. Eu não vejo isso como problema ou deficiência.

Com relação a essa mudança que eventualmente vai acontecer, nós estamos fazendo via legislativa. Ou seja, nós não estamos querendo propor uma nova instrução normativa. Esse é um modelo. Foi proposto e nós vamos aperfeiçoar, mas através da lei.

Polícia Ambiental, eu concordo com o senhor, esse prejuízo pode sair de um e de outro. Mas o nosso convênio e a cultura que nós estamos tentando colocar dentro da Polícia Militar é justamente tornar a Polícia Ambiental algo permanente. Uma instituição efetivamente formada até por pessoas lá de dentro, oficiais e praças com formação, com capacitação nessa área para que ali permaneçam, e que as promoções sejam naturalmente feitas, preservando ou mantendo essas pessoas dentro da estrutura ambiental. É lógico que isso pode ou não acontecer. Vai depender logicamente de uma gestão governamental, sobretudo de dirigentes da Polícia. Enquanto convênio firmado, celebrado, assinado, eu não tenho dúvida de que teremos autoridade para manter essa programação.

Quanto às parcerias eu vou discordar do senhor, porque não é nossa intenção que a EMPAER, que o INDEA façam fiscalização pura e simplesmente. Nós queremos que eles conciliem na sua atividade de visitação às propriedades algumas orientações de ordem ambiental. Nós não queremos que os técnicos do INDEA e da EMPAER sejam mal recebidos, que sejam agentes denunciadores. Não é isso. Eu concordo quando a lei autoriza que todos nós façamos fiscalização

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

independentemente de compromisso funcional. A lei permite, mas não é isso que nós queremos. Nós não queremos o denunciamento. O senhor bem falou, reconheceu publicamente, que há um esforço de aproximação nossa como o produtor. Até porque, pessoalmente, eu acredito que o produtor tem que ser tratado com respeito, com dignidade, porque ele é o responsável pelo pagamento do meu salário; ele é responsável pela manutenção do custeio da própria Secretaria. São os produtores os responsáveis pela riqueza, pela economia do Estado. E não podemos ignorar isso. Agora, é como o senhor falou, existem ONGs e ONGs; existem produtores e produtores; existem pecuaristas e pecuaristas. Eu não tenho dificuldade nenhuma de dizer que o meu pai, juiz aposentado, depois de se aposentar, virou pecuarista. Agora, é um dos poucos que dá exemplo de respeito ao meio ambiente. Ele tem uma pequena propriedade na região de Taquari e é o único da região que colocou seis metros da margem do rio. Ele não permite que o boi beba água do rio. Correto. Então, é o único que tem – é lógico que a fazenda é pequena – bebedouros com roda d'água. Agora, quanto a isso, eu coloquei claramente, faça uma visita a Novo Mundo, Alta Floresta, Guarantã do Norte, para ver se isso acontece lá. Nós flagramos fogo em plena serra. Quer criar boi na serra. Esse tipo de coisa não dá para aceitar. Madeira queimada, destruída a todo instante, sequer com uma preocupação de aproveitamento da exploração florestal.

Então, esses serão alvos. É lógico. Alvo de quê? De um convencimento, de uma autuação, de uma notificação, não queremos infringir multas a todo tempo. Agora, o reincidente, aquele que, efetivamente, reproduz essa prática, esse, naturalmente, vai ter um tratamento diferenciado.

Então, entenda que nós queremos o fortalecimento da nossa estrutura, otimizando pessoas, gastos, estrutura física, estrutura móvel dentro de um conceito de Estado. O Estado colocou o meio ambiente como um elemento de política pública prioritário, como tem que colocar saúde, segurança e educação em primeiro lugar.

Todos os organismos que têm relação funcional com o produtor ou empreendedor estarão legitimados – essa é a intenção através desses instrumentos – para atuar e levar para dentro da Secretaria ou buscar da Secretaria as informações necessárias para uma boa política pública de meio ambiente. Então, era isso.

A Eliane gostaria de complementar em relação ao geo.

A SR^a ELIANE – Só complementando a palavra do Sr. Secretário, o georreferenciamento, numa discussão técnica, inclusive com a Associação dos Engenheiros Florestais, ficou como uma instrução normativa mais administrativa, o recebimento do protocolo de entrada no INCRA até que exista um prazo para que o INCRA responda, até para que isso consiga uma discussão melhor e ver se essa revisão do Código entra nessa questão.

Então, nós tomamos a decisão na semana passada, até sexta-feira, junto com a associação para que pudesse encaminhar.

Outra questão da taxa da vistoria é que em todos os licenciamentos era cobrada, já no ato do licenciamento, a taxa de todos os licenciamentos, quando o proprietário entrava, pagava, e nem sempre precisava de vistoria. Então, exatamente, isso foi revisto. É o que a instrução normativa está falando, isso foi revisto, a taxa diminuiu. Se necessário fazer a vistoria em que o engenheiro técnico mostre que aquela avaliação do RADAM Brasil não está correta e nós tenhamos que sair a campo, alguém tem que fazer a vistoria, aí há o pagamento para ser feita a vistoria, e isso tem ocorrido.

E a outra coisa do georreferenciamento também, o número de processos, quer dizer, os processos novos desde que a FEMA foi criada, a instrução normativa também informa que os processos de 24 de junho para cá, o georreferenciamento entra com o protocolo. Os anteriores não. Porque, afinal de contas, eles estavam em processos diferentes de análises e até já aprovação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Temos o Gilberto e o Vlamir, que ainda vão falar.

Antes, eu quero passar a palavra ao Dr. Gerson.

O SR. GERSON BARBOSA - Apenas algumas considerações sobre o que falou o Abel e o Sr. Vicente Falcão.

Abel, com relação à moratória, isso é uma opinião pessoal, eu a considero um atestado de incompetência do Estado e uma ação que tende ao induzimento à desobediência civil. Produtos e serviços vão ter que ser gerados e como o senhor mesmo disse, tira-se do cerrado, da floresta, através de ações possíveis permitidas pela legislação.

Então, a moratória, Abel, eu considero como não sendo o caminho correto, tem que se produzir de forma sustentável e ela é o atestado de incompetência do Estado que não consegue estar presente e uma moratória induz à desobediência civil, vai continuar o desmatamento de forma ilegal, mesmo porque, em tese, isso afronta a constituição.

Com relação às ONGs, como foi dito, existem ONGs e ONGs. É apenas um alerta, e ONGs são grandes parceiros do Ministério Público, parceiros bem vindos e temos feito ações em conjunto muito interessantes e você mesmo já presenciou algumas.

As críticas que ouço com relação às ONGs é que, às vezes, elas defendem interesses internacionais. Nesse ponto, quero fazer uma pequena ressalva. A Constituição da República, torno a repetir, determinou que nós vivemos numa sociedade democrática capitalista, ou seja, ela vai buscar produtos e serviços. Isso é natural. E quais são os interessados? A Lei ambiental, ou seja, a política ambiental é voltada para os brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados residentes no país, ou seja, floresta amazônica é um patrimônio nacional e não internacional, de forma que eu considero, às vezes, se querem colocar dinheiro de forma gratuita: Vamos ajudar aquele país pobre? Tudo bem. Mas sem contrapartida, porque a política ambiental quem faz é o Estado. Nós devemos ter, preservar o Pantanal, preservar a floresta. Por quê? Para evitar os efeitos paisagísticos, diminuição de biodiversidade, etc., até diminuição da nossa auto-estima, mas visando o quê? Os interesses nacionais e os interesses do Estado. Não interesses nacionais, mesmo porque isso daí, às vezes, de forma assim escondida, representa essas ações internacionais, às vezes representa aí uma versão moderna do imperialismo.

Agora, em relação ao que o Abel disse. Mas existem ONG e ONG, Abel. A única ressalva é que fazem em relação que, às vezes, financiado por organismos internacionais. Outros dizem que: Ah, é ONG, organização não governamental. Mas adoram o dinheiro público também. Essas críticas que fazem... Mas, realmente, ong é um grande parceiro do Ministério Público. Eu acho, aliás, que com as informações disponibilizadas elas podem ajudar muito.

Em relação ao preço que se cobra das licenças, eu quero fazer um alerta. Para que se cobra? Cobra-se para exercer as atividades de monitoramento e controle. Certo? E aí eu torno a repetir. Ah, o produtor é o responsável, é o grande vilão? Não! O produtor faz o que a Constituição da República autoriza. Ele vai atrás de produtos e serviços, a Constituição da República autoriza. Inclusive, a política governamental foi bastante eficiente, Sr. Secretário, no aspecto econômico, no aspecto da expansão agropecuária. E aí vem, não diria o grande vilão, mas o grande responsável, e não é o produtor. Foi o Estado. Não este governo, aquele governo, como já citei, os erros vêm desde os governos anteriores. Não se fizeram presentes. Então, realmente, o produtor não é o grande vilão. Agora, como bem disse o Secretário, existem aqueles que exageram, que não cumprem a lei e devem ser apenados até para questão de isonomia. Não adianta agora fazermos uma campanha pró-regularização, mas deixar o passivo ambiental, mesmo porque já recebi produtor, vários produtores, e já conheci produtores que deixam 200 metros de beira de rio, de córrego, um córrego de 20 metros ele deixa 200 metros, o pai dele o ensinou a fazer isso e ele deixa. Isso é fato concreto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Existem produtores e produtores, mas o grande vilão, não diria assim o vilão, mas realmente é a política ambiental do Estado. Agora, acreditamos, procura-se acertar, acho que a partir de agora nós vamos ter aí um retrocesso nesses problemas.

Então, essas seriam as considerações em relação a Abel e com relação ao Sr. Vicente Falcão.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Vamos ouvir o Sr. Gilberto que quer fazer uma colocação.

O SR. GILBERTO - Bom-dia a todos os senhores.

Eu tenho uma pergunta da seguinte forma: Nós falamos em preservação, e acho que tudo se deve preservar, deve ser preservado, mas vamos dizer, hipoteticamente, no caso da Amazônia.

Eu tenho 1.000 hectares numa área da Amazônia. Aí, chega o Governo e me confiscam 800 hectares dessa área para preservação. Agora, uma pergunta para todos vocês: Quem é que vai me pagar o excedente que eu não vou poder produzir, se é o Estado, se são as ONG's ou se são essas pessoas que já desmataram tudo e vem aqui para o nosso país querer que nós conservemos? Eu quero saber quem vai me dar aquela contrapartida, além de eu pagar imposto naqueles 800 hectares que eu não estou podendo usar, quem vai me manter? Eu vou viver como? Eu vou sobreviver de que forma?

Essa é uma das minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - O Dr. Carlos Teodoro Irigaray responde.

O SR. CARLOS TEODORO IRIGARAY - Qualquer atividade econômica obedece algumas limitações. Por exemplo, se o senhor quiser implantar um curtume, o senhor vai ter que se submeter a um licenciamento ambiental, a alguns regulamentos, construir estação de tratamento, quer dizer, tudo que for estabelecido pela legislação. Assim é com qualquer atividade econômica.

Então, quando a legislação estabelece, por exemplo, uma proteção de 80% da área de reserva legal na Floresta Amazônica, não está significando que o senhor está impedido de utilizar economicamente essa área, o senhor pode utilizar, explorar, extrair madeira, extrair outros produtos. Está respondida a pergunta do senhor.

E quando a lei estabelece esses 80%, o senhor não está impedido de explorar esses 80% de reserva legal. Essa reserva legal pode ser explorada mediante planos de manejo, utilização e extração de madeira e de outros produtos florestais que seja. O que a lei está impedindo apenas é o corte raso desse percentual.

Essa é uma limitação administrativa e, portanto, ela não é passível de indenização pelo Poder Público, porque se o Poder Público fosse ter que indenizar, por exemplo, nós precisamos proteger as nascentes de rios, nós precisamos proteger as margens de rios. Se o Poder Público tivesse que indenizar os proprietários por isso e, na realidade, é um benefício da própria propriedade.

Então, essa é uma exigência legal, de forma genérica, que atende a todos, mas o objetivo dela é que a exploração seja feita preservando-se a floresta, porque é um bem que interessa a todos, não apenas ao proprietário que tem aquela área que está nela localizada.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. Wlamir Pinho, do Sindicato Rural de Alta Floresta.

O SR. WLAMIR PINHO - Em nome do Sr. Paulo Rezende, quero cumprimentar a Mesa e o auditório.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Na questão ambiental, eu tenho uma parcela de acompanhamento desde a ECO 92, no Rio de Janeiro, que vem discutindo a Amazônia Legal, a sustentabilidade. E Mato Grosso tem uma parcela da Amazônia Legal que forma o arco da Amazônia em que vem sendo combatido um trabalho de desmatamento legal, dentro do arco da Amazônia Legal no Estado de Mato Grosso.

Eu acabei de ter algumas conclusões com relação a tudo isso. Tem um prazo que eu venho trabalhando em cima disso aí. Sou Engenheiro Agrônomo e trabalho nessa área, em consultoria na região norte de Mato Grosso, em Alta Floresta. O que se condiz com relação a essa discussão está muito ligado à questão econômica. E a questão econômica é uma das situações que vai fortalecer a questão, realmente, de preservar a Floresta Amazônica. A questão educação é o primeiro item; o segundo, é a questão econômica. Porque tem que ter educação, tem que ter economia, tem que ter dinheiro no bolso de quem trabalha da Amazônia e de quem está vivendo na Amazônia, porque a burocracia e a demagogia atrapalham muito o desenvolvimento da Amazônia.

Onde eu vivo, quem vive dessa descrição de sustentabilidade realmente não vive. Não tem educação, porque o Estado está ausente, a União está ausente. Não tem saúde, não tem as coisas mais essenciais de vida na Amazônia, porque é uma calamidade quem vive da produção de artesanato, quem vive da produção... Na própria madeira, hoje, no próprio setor madeireiro, a burocracia está matando o setor.

O setor madeireiro deveria, hoje, estar com alto potencial. Mas a segunda economia do Estado, depois do grão, hoje, está decaindo por causa da própria burocracia. O passivo ambiental que vem de ano a ano quer que se mude de hoje para amanhã. Isso é uma mudança com tempo, com educação, com economia desse povo que vive lá. Nós temos que buscar essa autonomia. Se lá tem que viver de 80% de reserva, vamos viver de 80% de reserva ou vamos viver de 100%. Eu tenho cliente lá que está em condições de voltar a viver de 100%. É que eu faço ele ganhar, eu faço ele produzir em cima disso aí. Cadê o incentivo do Governo do Estado que vai trazendo a economia, trazendo vínculos com Bancos, com incentivo privado? Então, as ONGs também tem que fazer isso. Chegar e falar: “Vamos preservar, vamos criar parques.” Não é criar Parque Cristalino, como foi criado lá, sem audiência pública! Não é assim que se cria parque. Então, nós temos que voltar isso para viver uma coisa real. Não adianta ficar numa questão virtual. Tem que ser real. Quando perguntarem se aqui tem um reflorestamento que cobra reposição florestal, vamos falar que temos reflorestamento, sim! E é uma coisa que está compatível; não uma coisa que está virtual como foi a questão da Operação Curupira. Então, nós temos que sentar e conversar sobre uma coisa que seja prática, que seja feita. Não é sentar e criar novas leis, novas normativas, porque vai criar aquela burocracia e vai impedir o desenvolvimento da Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - A última pessoa a falar é o Sr. Paulo Rezende, da Associação dos Proprietários Rurais de Mato Grosso.

O SR. PAULO REZENDE - Eu queria explicar para o Abel que nós não somos contra as ONGs, não. Nós somos contra alguma ONG que tenta impedir o desenvolvimento deste País. Como isto aqui é uma questão ambiental, estão querendo criar, ao longo da fronteira do Brasil com a Bolívia, seis etnias indígenas, onde não existe nenhuma. Eles falam que existem os Chiquitano, mas os Chiquitano são índios bolivianos. E por quê isso? Porque é uma saída estratégica do País para o Pacífico. O País não tem essa saída. Agora, o senhor fala, por exemplo, que a nossa carne não pode ser comida por causa desse foco de aftosa que houve em Eldorado, Mato Grosso do Sul. Mas só houve isso por irresponsabilidade do Governo federal, porque há três anos todo mundo vem alertando que necessita de recursos para combater esses problemas sanitários que existem. Agora, o senhor esquece que nós, produtores rurais, somos o maior exportador de carne do mundo, que nós alavancamos a balança comercial. Se existe superávit, o grande feitor dele é o agronegócio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

Agora, o que seria deste País se nós estivéssemos importando comida? Se nós temos uma inflação barata é graças aos produtores rurais.

Então, nós somos patriotas e contribuímos para o desenvolvimento deste País. Então, só estou te explicando o problema. Não existe radicalismo contra as ONGs, mas existe contra essas ONGs que não querem o desenvolvimento do País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Um minutinho para o Abel finalizar. A réplica.

O SR. ABEL NASCIMENTO – Pessoal, vamos usar os princípios da racionalidade e da razoabilidade. Ninguém está proibido de criar gado, ninguém está proibido de plantar, ninguém está proibido colher. Eu não como capim, eu como feijão, arroz, milho, batata, soja – eu não como carne por questão de opção. Eu só quero dizer que os princípios da razoabilidade e da racionalidade cabem em qualquer lugar. Se está tudo acabando no planeta, nós não temos vivência muito tempo, não... Nós já estamos com sete, quase sete bilhões de habitantes. Está saturado esse nosso planeta terra! Olhem, se nós não pensarmos em estratégias de vida para o futuro... O senhor, eu estamos indo embora, mas e os nossos tataranetos que virão daqui a cinqüenta, cem anos? O que vai encontrar aqui? Nada mais. Nós somos tão egoísta, egocêntricos, tão selvagens, capazes de utilizar todos os meios de produção e acabar, exaurir todos os recursos, acabar com tudo! Não! Temos que repensar no futuro, nas alternativas de vida. Não é destruindo tudo! Acabou de falar, agora há pouco... Você tem o sistema de agroecologia, você tem o sistema de pastagem ecológica, você pode utilizar o gado. Então, eu acho que há formas de alternativas...

O SR. PAULO REZENDE - Só uma perguntinha para o senhor. Como o senhor repõe no organismo do senhor a proteína animal, se o senhor não como carne? Como o senhor repõe no organismo do senhor?

O SR. ABEL NASCIMENTO - Eu tenho proteínas vegetais. E não preciso de animal.

O SR. PAULO REZENDE - Mas, o organismo não vive sem proteína animal?

O SR. ABEL NASCIMENTO – Vive, sim, senhor! Eu te falo que vive. Eu estou vivo com quarenta e sete anos de idade. Se viver mais um pouquinho, não sei...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - A questão é gastronômica agora.

Bom por aqui nós vamos encerrando esta audiência pública. Quero agradecer ao Secretário às demais autoridades que estiveram aqui presentes e ao público. Muito obrigado.

Está encerrada esta audiência pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;

- Revisão:

- Ila de Castilho Varjão;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O DESMATAMENTO EM MATO
GROSSO, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2005, ÀS 08:30 HORAS.

- Laura Yumi Miyakawa;
- Nilzalina Couto Marques.